

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

MÁRCIA CAMARGO ITO

“O ALIENISTA”:  
ECO DE VOZES SOCIAIS...

São Paulo  
2006

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

MÁRCIA CAMARGO ITO

“O ALIENISTA”:  
ECO DE VOZES SOCIAIS...

Dissertação apresentada à Universidade  
Presbiteriana Mackenzie, como requisito  
parcial para a obtenção do título de Mestre  
em Letras, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.  
Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos.

São Paulo  
2006

I88a Ito, Márcia Camargo.  
“O Alienista”: Eco de Vozes Sociais / Márcia Camargo  
Ito. - - São Paulo, 2006.  
107 p.; 30cm.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade  
Presbiteriana Mackenzie, 2006.

Orientação: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos.  
Bibliografia: p. 104-107

1. Lingüística Textual 2. Texto 3. Análise do Discurso  
4. Discurso 5. Ethos 6. Ideologia 7. Interdiscursividade  
8. Polifonia I. Título.

CDD: 410

MÁRCIA CAMARGO ITO

“O ALIENISTA”:  
ECO DE VOZES SOCIAIS...

Dissertação apresentada à Universidade  
Presbiteriana Mackenzie, como requisito  
parcial para a obtenção do título de Mestre  
em Letras.

Aprovada em 28 de Junho de 2006.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos (Orientadora)  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Helena Pires de Brito  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Norma Discini de Campos  
Universidade de São Paulo

À Deus,

Razão Inacessível...

## Agradecimentos

À Deus, Mestre Maior, a nos ensinar, ainda que com um plano de ensino indecifrável ao nosso nível de evolução.

Aos meus pais Mário e Sandra e à minha irmã Soraya, almas companheiras de jornada.

À Prof<sup>a</sup> Dra. Neusa Maria Barbosa Bastos, minha orientadora, uma verdadeira deusa Deméter pós-moderna a compartilhar o trigo do conhecimento de forma segura e afetuosa. Um pilar forte de sustentação para o Mackenzie e para os alunos.

À Prof<sup>a</sup> Dra. Norma Discini, que se mantém à Casa pelo fio carinhoso dos alunos mackenzistas que não a esquecem. Sua voz soa como um eco em minha memória discursiva, no eterno presente dos meus pensamentos, e me ajuda a estruturar soluções.

À Prof<sup>a</sup> Dra. Regina Helena Pires de Brito, nossa querida Regininha, uma semeadora acadêmica a espalhar sementes medicinais. Tenho em mim o desejo e a certeza de que a sua colheita será farta!

À mente brilhante de Machado de Assis, que produziu “O Alienista”, e que embora não sejamos contemporâneos, tem-se com este trabalho uma resposta à sua obra.

Aos colegas de turma, mentes diversificadas a despertar questionamentos. Espelhos uns dos outros.

À todos que me ajudaram de forma direta ou indireta, visível ou invisível, dizível ou indizível...

“É a Loucura que forma as cidades; graças a ela é que subsistem os governos, a religião, os conselhos, os tribunais; e é mesmo lícito asseverar que a vida humana não passa, afinal, de uma espécie de divertimento da Loucura.”

(Rotterdam, 2002: 39)

“Talvez um dia não saibamos mais o que pode ser a loucura. Sua figura se fechará sobre si mesma, não mais permitindo decifrar os traços que ela deixou (...); as neuroses pertencerão às formas constitutivas (e não os desvios) de nossa sociedade.”

(Foucault, 1961: s/p)

## Resumo

Com base na Linha de Pesquisa, “o processo discursivo e a produção textual”, o presente trabalho focaliza a relação entre o ethos e o discurso. O ethos se revela por meio do discurso, da mesma forma que o discurso se sustenta por meio de um “corpo” e de uma “voz”.

Adotamos a Análise do Discurso de linha francesa, voltada para o processo lingüístico sócio-histórico, na obra “O Alienista”, de Machado de Assis. Neste corpus empregamos a perspectiva de Maingueneau (1997), de que cada ethos expressa um discurso diferente; considerando o princípio da verossimilhança de Aristóteles que afirma que para o poeta não é necessário narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido. Por esta perspectiva, analisamos vários éthé ficcionais em interação, que resultam num diálogo entre várias ideologias que argumentam entre si, promovendo a tessitura do texto.

Neste mundo ficcional criado por Machado de Assis, trabalhamos com os conceitos de polifonia e interdiscursividade. A presença de várias vozes tem caráter funcional, pois estas são articuladas estrategicamente para que se visualize o diálogo entre vários discursos; e conseqüentemente, o conflito entre várias ideologias. Se olharmos com atenção, veremos que “O Alienista” projeta a estrutura de um mundo ficcional narrado pelo ethos irônico de um enunciadador que denuncia a sociedade de seu tempo, ou, de certa forma, a sociedade que existe no eterno presente.

Palavras-chave: discurso, ethos, ideologia, interdiscursividade, polifonia.



## Abstract

Based on the Line of Research, “discursive process and textual production”, the present work focuses on the relation between the ethos and the discourse. The ethos is revealed through the discourse, in the same way, the discourse is supported by a “body” and a “voice”.

We followed the Discourse Analysis of French way, backed to the social historic linguistic process, in the work “O Alienista” by Machado de Assis. In this corpus (text) we used the Maingueneau’s perspective, that each ethos express a different discourse; considering the Aristotle’s principle of verisimilitude who affirms that to the poet is not necessary to tell what happened exactly; but what could have happened. For this perspective, we analysed many fictional ethé in interaction, that results in a dialogue between many ideologies that argument with each other, promoting the text development.

In this fictional world, criated by Machado de Assis, we worked with the concepts of poliphony and interdiscursivity. The presence of many voices has a functional purpose, because they are articulated strategically, to visualize the dialogue between many discourses; and, as a result, the conflit between many ideologies. If we look with attention, we will see that “O Alienista” projects the structure of a fictional world, reported by the narrator’s ironical ethos, that denounces the society of his time, or, apart from this, the society that exists in the eternal present.

Key words: discourse, ethos, ideology, interdiscursivity, poliphony

## Sumário

Introdução – Prescrição Discursiva para a Humanidade	1
Capítulo I – Texto e Discurso: o visível e o invisível na Casa Verde	6
1.1. Texto	6
1.2. Discurso	20
1.3. Intertextualidade e Interdiscursividade	30
Capítulo II – Discurso e Ideologia: a Casa Verde como prisão ideológica	35
2.1. Texto, Discurso e Ideologia	35
2.2. Formações Discursivas e Formações Ideológicas	37
Capítulo III – Ethos e Discurso: “loucos” de todos os gêneros em Itaguaí	45
3.1. Ethos	45
3.2. O ethos em “O Alienista”	49
Capítulo IV – Polifonia e Interdiscursividade: mosaico de loucos	82
4.1. Polifonia	82
4.2. Interdiscursividade	94
Considerações Finais – Loucura ou Lucidez? A desorganização organizada	99
Referências Bibliográficas	104

## Introdução

### Prescrição Discursiva para a Humanidade

“Este é o mistério do meu coração”.  
(Assis, 1998: 20)

Assim como Simão Bacamarte focalizou a loucura como seu objeto de estudo, focalizamos o discurso como nosso objeto de estudo. Este trabalho filia-se à linha de pesquisa “o processo discursivo e a produção textual” \*. Por esta linha, vemos que as concepções de texto e discurso, ainda que distintas, não se separam, já que o discurso se manifesta por meio do texto. Retomamos a noção de organização textual desde o princípio da preocupação em se definir o que é o texto, bem como o estabelecimento de suas propriedades específicas. Seguindo o percurso histórico estabelecido pela Lingüística Textual, fundamentamos nosso raciocínio com as palavras de Fávero (1998), Koch (2004) e Travaglia (1989), pesquisadores que se apoiaram nos trabalhos de Van Dijk (1999), Beaugrand e Dressler (1996). Paralelamente, fizemos o percurso histórico do discurso, apresentando o surgimento da disciplina que o focaliza como epicentro de várias discussões: a Análise do Discurso.

Seguimos a Análise do Discurso de linha francesa, de orientação lingüístico-histórica, marcada pelo enfoque sócio-ideológico. Pêcheux (1997) edifica a nova disciplina apoiando-se em dois pilares: as formações discursivas, termo criado por Foucault (2000), e as formações ideológicas, expressão usada por Althusser (2001) ao fazer uma releitura de Marx (2004). A partir desta confluência entre ideologia e discurso, compreendemos que para cada modo de ser, um modo de dizer.

\* Linha de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras da UPM.

Aplicamos a teoria da Análise do Discurso Francesa, na obra “O Alienista”, de Machado de Assis, considerando o princípio da verossimilhança, em que os éthé são ficcionais. Nesse corpus escolhido, empregamos a perspectiva de Maingueneau (1997), de que cada modo de ser corporifica um ethos diferente e verbaliza um discurso diferente. Desta perspectiva é que nasce o tema deste trabalho: o ethos se revela por meio do discurso, da mesma forma que o discurso se sustenta por meio de um “corpo” e uma “voz”. Considerando que o ethos é uma maneira de habitar o espaço social, levantamos a seguinte problematização: como e por que o ethos narrativiza uma percepção de mundo, construindo uma micro-realidade a partir de uma macro-realidade? A resposta, como se verá, está contida na própria escolha pela teoria edificada pela Análise do Discurso de linha Francesa.

Nosso primeiro objetivo é identificar as estratégias de tessitura do texto, verificando como o encadeamento dos diversos discursos tecem o texto. Este objetivo se ramifica em outros específicos, como por exemplo, verificar a distinção entre texto e discurso, e conseqüentemente, verificar a distinção entre intertextualidade (diálogo entre textos) e interdiscursividade (diálogo entre discursos); e observar a relação entre as formações discursivas/formações ideológicas e o ethos. Após este percurso, verificamos que o encadeamento dos discursos que tecem o texto é possível por meio das personagens, já que cada ethos veicula uma ideologia, ou seja, seguindo Maingueneau, entendemos que cada personagem corporifica e empresta sua voz a uma dada ideologia.

O segundo objetivo, interligado ao primeiro, é entender o texto analisado como um tecido polifônico em que ocorre um cruzamento de vozes que se polemizam entre si, que se respondem umas às outras e que conseqüentemente se completam. A partir daí conseguimos estabelecer uma coerência macroestrutural da obra, já que as personagens são

a figurativização de vários éthé que se inter-relacionam, resultando num diálogo entre várias ideologias que argumentam entre si, que se respondem mutuamente, e se integram, promovendo a tessitura do texto.

O conceito de polifonia, desenvolvido por Bakhtin (2002), é considerado, não só externamente, como a projeção do diálogo externo, mas também sob a perspectiva de que inúmeras vozes, em conflito, habitam e constituem um indivíduo em seu diálogo interno. Se há exterior, esse exterior é construído no interior, por meio do movimento lingüístico dialógico, princípio constitutivo da linguagem. Como o ser humano se constrói em sociedade, de forma que uma voz dialoga com outras vozes, interna e externamente, considera-se que existe um cruzamento entre vários discursos, que se manifesta na obra por meio da interdiscursividade.

Para exemplificar o que propomos, registramos o “outro” em nosso fio discursivo. Simão Bacamarte diz, no início do conto, que a saúde da alma é a ocupação mais digna do médico. Podemos acrescentar que não só do médico, mas de todo aquele que se preocupa com o outro, já que o “eu” se constrói e se constitui através do “outro”.

Ao entendermos que a estrutura lingüística reflete a percepção que cada ser humano tem da realidade, e, que a visão do mundo estruturado só é alcançada por meio da linguagem, lembramos as palavras de Saussure (1999): “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (p.15). A obra “O Alienista” apresenta a organização de um mundo ficcional por meio de um discurso literário preenchido de outros discursos, tais como, o discurso científico, na voz do médico Dr. Simão Bacamarte; o discurso feminino, contido e indireto na voz da esposa do alienista, D. Evarista da Costa e Mascarenhas; o discurso religioso, na voz do padre Lopes; o

discurso político, na voz do barbeiro Porfírio que se aproveita da situação para se promover; o discurso jurídico, para legislar a instituição Casa Verde. Se olharmos com atenção veremos que “O Alienista” contém o mundo em si. Um mundo narrado por um ethos irônico, em que o enunciador denuncia a sociedade de seu tempo ou, de certa forma, a sociedade que existe no eterno presente.

A partir dessa perspectiva justificamos a escolha do tema: a busca pelo remédio universal. Não nos referimos ao remédio feito à base de ervas, mas àquele que nasce no próprio processo de preparação de uma solução feita à base de palavras. Quem sabe o remédio seja a consciência que nasce da produção de sentido de um texto bem redigido? Mas é preciso que se faça uma advertência sobre a fórmula produzida: esta solução não contém palavras jogadas ao acaso. Existe uma técnica para encadear os ingredientes lingüísticos de forma a produzir o efeito de cura e o alívio esperado.

A técnica expositiva deste trabalho se divide em sete partes: Introdução – Prescrição Discursiva para a Humanidade, em que se apresenta a estruturação da pesquisa, composta por: tema, objetivos gerais e específicos, linha de pesquisa escolhida, teoria aplicada ao corpus “O Alienista” e justificativa; Capítulo I – Texto e Discurso: o visível e o invisível na Casa Verde, em que se estabelece a distinção entre texto e discurso, e conseqüentemente entre intertextualidade e interdiscursividade; Capítulo II – Discurso e Ideologia: a Casa Verde como prisão ideológica, em que se aborda as relações entre formações discursivas e formações ideológicas; Capítulo III – Ethos e Discurso: “loucos” de todos os gêneros em Itaguaí, em que se analisa os vários éthé presentes no conto machadiano; Capítulo IV – Polifonia e Interdiscursividade: mosaico de loucos, em que se identifica a presença de várias vozes, articuladas estrategicamente num processo de interação entre vários discursos;

Considerações Finais – Loucura ou Lucidez? A desorganização organizada, em que se justifica a coerência macroestrutural da obra; e as Referências Bibliográficas.

A busca pelo remédio universal... Nas palavras de Simão Bacamarte: este também é o mistério do meu coração. Um brinde a toda a humanidade.

Saúde!

## Capítulo I – Texto e Discurso: o Visível e o Invisível na “Casa Verde”

“- A Casa Verde, disse ele [Simão Bacamarte] ao vigário, é agora uma espécie de mundo, em que há o governo temporal e o governo espiritual.”  
(Assis, 1998: 24)

### 1.1. Texto

O primeiro passo no desenvolvimento deste trabalho será o de fazer a distinção entre texto e discurso para que, a partir da preparação de conceitos, possamos estruturar, em forma de texto dissertativo, o discurso analítico.

Tradicionalmente, quando temos a intenção de explicar o significado de uma palavra, é comum nos voltarmos para a sua origem, para retomarmos sua primeira essência e seu primeiro sentido. Consta, no dicionário, que o termo texto vem do latim *textum*, ‘tecido’ (Cunha, 1986: 768); dessa forma, podemos dizer que a palavra tecido se ajusta bem no processo associativo com a palavra texto, considerando que ambas são resultado de um entrelaçamento de fios que, ligados entre si, provocam o efeito de se apresentarem como um todo, identificável pela sua própria contextura ou tessitura. O fio textual é feito de palavras, carregadas de sentido, encadeadas umas às outras de tal forma que tornem a mensagem compreensível dentro de determinado contexto.

Para um breve percurso sobre como a palavra texto foi entendida e trabalhada do início do século XX até os dias atuais, iniciamos com o Círculo Lingüístico de Moscou (1915-1920) que reunia os chamados formalistas russos. Dentre eles, podemos destacar V. Propp, V. Sklovsky e R. Jakobson, os quais, em busca da literariedade (“literaturnost”), direcionavam suas análises de acordo com o princípio da imanência, ou seja, ao analisarem uma obra, estes estudiosos não estabeleciam relação entre o texto (visto como



uma estrutura lingüística) e os elementos extra-lingüísticos – como por exemplo, o conhecimento prévio como mecanismo de produção de sentido, dados do autor e sua intencionalidade, ou ainda, a aceitabilidade, inferência e produção de sentido por parte do leitor. Os formalistas russos encontravam justificativa apenas nos elementos internos constitutivos do texto.

Para Fávero e Koch (1998), talvez, Hjelmslev tenha sido o primeiro a esboçar um conceito de texto, ainda que insuficiente para edificar as propriedades específicas do texto:

Hjelmslev, foi, talvez, o primeiro a esboçar uma definição de texto. Texto, para ele, significa toda e qualquer manifestação da língua, curta ou longa, escrita ou falada, correspondendo, de certo modo, à parole de Saussure. Sendo todo e qualquer ato de linguagem um texto, qualquer língua é ela própria um texto, um texto ilimitado. Não se trata, assim, de uma unidade lingüística, mas de mera forma de existência da língua. Toda língua natural é, ao mesmo tempo, texto e sistema. O texto é uma estrutura sintagmática, ao passo que a língua é uma estrutura paradigmática (p. 30).

Sob esta perspectiva, o texto, visto como o signo lingüístico mais alto na hierarquia do sistema lingüístico, é estruturado linearmente em decorrência de uma cadeia de elementos seqüenciais, dentro de uma relação de dependência sintagmática. Já a língua, vista como um código lingüístico, ou a fonte da qual se origina o texto, oferece a possibilidade de seleção ou substituição de um elemento lingüístico, de forma que, a escolha de um paradigma, exclui todos os outros elementos da mesma classe de paradigmas. Em suma, o texto seria a escolha de se manifestar, dentre tantas opções oferecidas pela língua.

Devido à repressão política vivida na Rússia, Roman Jakobson, torna-se membro do Círculo Lingüístico de Praga, fundado em 1926, período em que desenvolve um modelo do processo de comunicação que apresentava a noção de texto (mensagem) dentro de um contexto. Nas palavras de Lopes (1995):

Roman Jakobson isola os seis fatores intervenientes no ato da comunicação verbal: um ‘remetente’ (emissor ou destinador de signos) envia uma ‘mensagem’ a um ‘destinatário’ (ouvinte, receptor de signos), através de um ‘canal’. Essa mensagem construída com um ‘código’ parcialmente comum ao remetente e ao destinatário, refere-se a um ‘contexto’ (p. 56).

Diante destes fatores levantados por Jakobson, podemos considerar o fato de que uma mesma mensagem pode assumir sentidos diversos, se transmitida em contextos diferentes. Daí a importância de analisar um texto não só pela sua estrutura lingüística, mas também pela sua situação comunicativa, responsável pela produção de sentido. Ainda que um texto se apresente em seu nível de superfície como um registro fixo, seu sentido tem uma natureza mais flexível, já que pode ser ampliado ou reduzido diante de outros textos, provocando, ainda, reações diferentes em cada destinatário, principalmente quando lido em épocas diferentes.

Por volta da segunda metade da década de 60, até meados da década de 70, surge a Lingüística Textual, fase marcada pelas análises interfrásticas e pelas gramáticas de texto. Nesta fase, o foco essencial de estudo era a coesão, que muitas vezes era equiparada à coerência.

Halliday e Hasan (1997), seguidores da linha funcionalista introduzida por Firth, embora se dediquem ao estudo da coesão, entendem a textura (“texture”), como “aquilo que

faz com que um texto possua coerência” (Guimarães, 1999: 42). Os autores britânicos já integram, também, a organização estrutural ao contexto social.

Neste período, entende-se o texto como unidade lingüística hierarquicamente mais elevada. “Abandonava-se, assim, o método ascendente – da frase para o texto. É a partir da unidade hierarquicamente mais alta – o texto – que se pretende chegar, por meio da segmentação, às unidades menores, para, então, classificá-las” (Koch, 2004: 6). Os objetivos de uma gramática do texto, elencados por Koch (2004), seriam:

- a) verificar o que faz com que um texto seja um texto, ou seja, determinar seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade;
- b) levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma de suas características essenciais;
- c) diferenciar as várias espécies de textos (p. 5).

Exemplificamos nossa linha de raciocínio até agora desenvolvida, focalizando, especificamente, a coesão e coerência, para analisarmos a estrutura lingüística de “O Alienista”, de Machado de Assis.

Do ponto de vista de Marcuschi (apud Fávero, 1998):

os termos ‘coesão’ e ‘coerência’ estão longe de uma definição clara. Na conversação, a coesão não pode ser definida em termos estritamente formais, pois o texto se produz dialogicamente, na concorrência de dois ou mais agentes. A coerência não é uma unidade de sentido, e sim uma dada possibilidade interpretativa resultante localmente. Dois interlocutores se entendem não só porque são coerentes no que dizem,

mas principalmente porque sabem do que se trata em cada caso. E, quando não sabem, manifestam seu desentendimento de modo a integrá-lo como parte efetiva no próprio texto (p. 88).

É difícil estabelecer fronteiras entre as noções de coesão e a coerência, pois ambas estão funcionalmente interligadas, de forma que a estrutura sintática e a significação do texto se entrelaçam no processo de tessitura do texto. Em poucas palavras, podemos dizer

abstrata ou ‘forma lógica’ do texto, que define a significação do texto como um todo. Já a microestrutura é a estrutura superficial do texto, constituída por um n-tuplo ordenado de frases subseqüentes. Uma gramática textual gerativa seria, portanto, um algoritmo que gera infinitas estruturas textuais profundas (p. 9).

Para exemplificar, citamos algumas passagens sobre a “Casa Verde”, extraídas de “O Alienista”, de Machado de Assis. À medida que o conto se desenrola, nota-se que o sentido da Casa Verde passa por um processo de transformação, que enumeramos a seguir:

1. no início da obra, a Casa Verde é apresentada pelo enunciador, num tom neutro e imparcial, como um asilo, um local de assistência social: “A Casa Verde foi o nome dado ao asilo, por alusão à cor das janelas, que pela primeira vez apareciam verdes em Itaguaí” (Assis, 1998: 18).

2. no segundo capítulo, a Casa Verde é apresentada pelo próprio alienista, Simão Bacamarte, em diálogo com o padre Lopes, como a projeção microscópica de um mundo, composto por um governo temporal (profano, mundano) e um governo espiritual, entre o visível e o invisível. Neste trecho, o sentido da Casa Verde é positivo, pois retrata o idealismo de um médico que dedica sua vida à cura, de corpo e alma: “– A Casa Verde, disse ele (Simão Bacamarte) ao vigário, é uma espécie de mundo, em que há o governo temporal e o governo espiritual” (Assis, 1998: 24).

3. no quinto capítulo, a Casa Verde é negativamente qualificada, por um personagem não muito especificado, um médico sem clínica, mas que é o suficiente para denunciar o verdadeiro significado da Casa Verde: uma casa de poder. “– A Casa Verde é um cárcere

privado, disse um médico sem clínica” (Assis, 1998: 46).

4. mais adiante, no sexto capítulo, o sentido da Casa Verde alcança sua inversão plena, por representar o abuso de poder exercido pelos que são investidos de autoridade pelo meio social: “O barbeiro, depois de alguns instantes de concentração, declarou que estava investido de um mandato público e não restituiria a paz a Itaguaí antes de ver por terra a Casa Verde – “essa Bastilha da razão humana” (Assis, 1998: 57).

Essa Bastilha da razão humana, projeta o quanto o significado da Casa Verde se transforma, dentro de um processo de polissemia, de uma casa de assistência para uma casa de detenção. Orlandi (2003) considera que:

todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. (...) A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco (p. 36).

Analisando a microestrutura textual, ou seja, o fio coesivo que se manifesta linearmente no plano de superfície, verifica-se que a Casa Verde é vista e retratada por vozes distintas e em momentos distintos, por meio de discurso direto ou indireto. Acompanhada pelo verbo ser, a Casa Verde assume conceitos diferentes no decorrer da enunciação. Quanto à macroestrutura, entende-se que a Casa Verde é uma casa de poder devido à organização semântica, de tal forma que o sentido é construído pela seqüência coerente de atos que conduzem a uma transformação de julgamento sobre a instituição.

No entanto, não é só a Casa Verde que teve seu sentido deslocado; o sentido da

palavra texto também sofreu transformações ao longo do tempo. Retomando, agora, outra concepção de texto, e, que vai além da noção de coesão e coerência, surgida na década de 80 e na qual o conceito de coerência amplia-se significativamente, considera-se o texto como uma realização complexa, envolvendo fatores lingüísticos, cognitivos, socioculturais e interacionais.

De forma didática, Koch & Travaglia (1989) dispuseram sete princípios constitutivos do texto desenvolvidos por Beaugrand e Dressler (1996), em que o texto pode ser entendido como uma unidade de sentido para qual convergem os fatores de coesão e coerência, “centrados no texto”; e mais outros cinco fatores, “centrados no usuário”, tais como: a intencionalidade do autor, a aceitabilidade do receptor, o teor de informatividade do texto, a situacionalidade em que o texto é construído e entendido, a intertextualidade que depende de um conhecimento prévio do leitor para que ele reconheça o diálogo entre textos.

A visão proposta por Beaugrand e Dressler (1996) permite enxergar o texto como algo que existe somente quando alguém o processa, ou seja, o leitor pode ser visto como um agente que, ao ler um texto, faz um processamento de idéias na tentativa de recuperar a intenção do autor, e assim, participa do processo de produção de sentido. O texto deixa de ser entendido como um produto acabado, para ser entendido como um processo de produção de sentido; tanto da parte do autor, como da parte do leitor.

Para complementar os sete princípios vistos, Koch & Travaglia (1989), com base em diversos estudiosos, propuseram novos itens, tais como: focalização, inferência, fatores de contextualização, conhecimento partilhado, conhecimento de mundo. Vários outros fatores têm sido sugeridos, de forma que esta relação de itens não se esgota em definitivo.

Apresentamos, a seguir, uma noção sobre cada um deles.

Koch & Travaglia (1989), acrescentam ao trabalho de Beaugrand e Dressler (1996), a focalização, com base nos estudos de Grosz, que a concebia apenas no diálogo oral. Para comprovar o que foi dito, citamos a seguinte passagem:

Segundo Grosz, falante e ouvinte, no diálogo, focalizam sua atenção em pequena parte do que sabem e acreditam, e a enfatizam. Assim, certas entidades (objetos e relações) são centrais para o diálogo e não só isto, mas também elas são usadas e vistas através de certas perspectivas que afetam tanto o que o falante diz quanto como o ouvinte interpreta (p.82).

A perspectiva na qual se concentra a interação verbal é determinante para compreender o sentido do texto, de forma que, dependendo da focalização, o texto pode ser interpretado de maneira diferente. Os autores fornecem um exemplo elucidativo, em que a palavra homônima play (tocar, jogar), apesar de ser escrita e pronunciada da mesma forma, é entendida de modo diferente quando lida por esportistas e músicos. É importante ressaltar que o princípio da focalização é válido, tanto para o texto oral, quanto para o texto escrito.

A inferência é outro princípio importante para a compreensão e a produção de sentido de um texto. Entende-se por inferência, o processo pelo qual o leitor preenche as lacunas que possam surgir durante o processamento do texto, por meio de seu conhecimento de mundo, com o intuito de suprir idéias ou conceitos, que não aparecem explicitamente no texto. Em outras palavras:



inferências são conexões que as pessoas fazem quando tentam alcançar uma interpretação do que lêem ou ouvem, isto é, é o processo através do qual o leitor (ou ouvinte) consegue captar, a partir do significado literal do que é escrito ou dito, o que o escritor (falante) pretendia veicular (Koch & Travaglia, 1989:70).

Os fatores de contextualização apontam alguns detalhes que não devem passar despercebidos, já que são responsáveis pela sustentação estrutural do texto. Detalhes como, por exemplo, data, local, assinatura, página, título, nome do autor, entre outros itens, contribuem para a interpretação do texto.

Por meio do conhecimento partilhado, observa-se o quanto a estrutura informacional do texto se constrói diante de elementos dados e elementos novos.

É com base na informação dada, responsável pela locação do que vai ser dito no espaço cognitivo do interlocutor, que se introduz a informação nova, que tem por função introduzir nele novas predicções a respeito de determinados referentes, com o objetivo de ampliar e/ou reformular os conhecimentos já estocados a respeito deles (Koch, 2000: 31).

O princípio do conhecimento partilhado segue o mecanismo da manutenção e progressão temáticas, posto que a partir de um referente dado, acrescenta-se uma informação nova, seja para ampliar ou modificar o sentido do texto.

Por último, é indiscutível que a produção de sentido de um texto depende muito do conhecimento de mundo de cada usuário. A bagagem cultural de cada ser social é

determinante para o estabelecimento da coerência durante o ato em que se faz o processamento de idéias, considerando-se, ainda, o fato de que cada usuário interpreta e narrativiza o mundo ao seu redor, sob uma perspectiva diferente.

Para Koch & Travaglia (1989), “o conhecimento de mundo é visto como uma espécie de dicionário enciclopédico do mundo e da cultura arquivado na memória” (p.61). Vários estudos voltam-se para a memória, como o elemento que, quando ativado, propicia a conexão semântica do texto. No próximo capítulo focalizaremos a importância da memória discursiva como mecanismo de produção de sentido. Finalizando o raciocínio desenvolvido por Beaugrand e Dressler (1996), e seus seguidores, em tipificar os critérios de textualidade, prosseguimos novamente na trajetória do conceito de texto.

Motsch & Pasch (apud Koch, 2004) chegaram a criar uma fórmula para conceber a noção de texto, como uma atividade lingüística (Al):

$$Al = (e, int., cond., cons.) \text{ (p.17)}$$

Ao deciframos a fórmula textual, temos a atividade lingüística como resultado da enunciação (e), da intenção do enunciador em atingir determinado objetivo (int.), das condições para que o objetivo seja alcançado (cond.), e das conseqüências resultantes do atingimento do objetivo (cons.).

Diante da evolução do conceito de texto, não podemos nos esquecer de que a expressão e a configuração de texto também se transformaram, trazendo novos

questionamentos. É o caso do hipertexto\*, que põe em xeque a noção tradicional de completude e unidade.

Koch (2002) afirma que “pelo menos do ponto de vista da recepção, todo texto é um hipertexto” (p.61). A autora exemplifica sua afirmação mencionando os textos acadêmicos, compostos por citações, notas de rodapé. Todas estas referências no corpo do trabalho funcionam como links, já que o leitor poderá fazer sua leitura, consultando, ou não, as notas, na ordem que preferir. E acrescenta, “a diferença com relação ao hipertexto eletrônico está apenas no suporte e na forma e rapidez do acessamento” (p.61).

Nossa intenção não é adotar uma regra rígida para qualificar as ocorrências lingüísticas em textos ou não-textos, principalmente quando se apreende a natureza polissêmica e renovadora do ser humano e da linguagem, simultaneamente. Halliday & Hasan (1997), consideram que é possível que surja alguma dúvida, mesmo que se saiba as propriedades específicas de um texto, em identificar se uma passagem de nossa própria língua constitui um texto ou não. Os autores britânicos acrescentam, ainda, que a diferença entre um texto e uma coleção de frases desconexas é uma questão de grau, sendo que pode haver instâncias sobre as quais nós temos dúvidas:

---

\* Entende-se por hipertexto, aqueles itens grifados dentro de um texto, numa página na Internet, que quando clicados, nos remetem a um

The word text is used in linguistics to refer to any passage, spoken or written, of whatever length, that does form a unified whole. We know, as a general rule, whether any specimen of our own language constitutes a text or not. This does not mean there can never be any uncertainty. The distinction between a text and a collection of unrelated sentences is in the last resort a matter of degree, and there may always be instances about which we are uncertain – a point that is probably familiar to most teachers from reading their students' compositions. But this does not invalidate the general observation that we are sensitive to the distinction between what is text and what is not. \* (p.1)

Entendemos que é a coerência o instrumento medidor do grau de textualidade, e o elo que mantém a interação entre aquele que produz o texto e aquele que busca compreendê-lo. Se somos sensíveis à diferença entre o que é texto e o que não é; em parte, é porque a coesão por si só não é um fator suficiente para o estabelecimento da coerência. Esta se constrói a partir do texto, mas está ligada a fatores subjetivos, como as macroestruturas profundas.

---

\* Tradução nossa: “A palavra texto é usada em lingüística para referir-se a qualquer passagem, falada ou escrita, de qualquer tamanho, que realmente forma um todo unificado. Nós sabemos, como regra geral, quando alguma passagem de nossa própria língua constitui um texto ou não. Isto não significa que nunca possa haver alguma dúvida. A diferença entre um texto e uma coleção de frases desconexas é, em última análise, uma questão de grau, e sempre pode haver instâncias sobre as quais nós temos dúvida – um ponto que é provavelmente familiar à maioria dos professores na leitura das composições de seus alunos. Mas isso não invalida a observação geral de que somos sensíveis à diferença entre o que texto e o que não é”.

Nota-se o quanto é complicado traçar regras ou critérios de análise textual, já que dificilmente uma teoria conseguirá abarcar todos os fenômenos textuais que surgirem. Além disso, cada analista de discurso interpreta o processo de produção de sentido sob uma perspectiva diferente. A capacidade criadora do ser humano e a diversidade de retenção e produção de sentido é ilimitada, fato que promove a releitura e a discussão constante sobre as ocorrências lingüísticas diante de uma sociedade viva, dinâmica e em constante transformação.

Seguindo Val: “O que conta é verificar se, em sua realização global, o texto equilibrou satisfatoriamente o explícito e o implícito, o previsível e o inesperado, de modo a se constituir num todo informativo e atraente” (Val, 2004: 37). Isto significa que, mais importante que traçar as propriedades específicas do texto, é preciso que o mesmo seja qualificado pelos mecanismos e recursos de produção, pelo seu teor informativo e pela sua capacidade de atrair e reter a atenção do receptor - algo que tem valor subjetivo.

## 1.2. Discurso

Como no tópico anterior, iniciamos com um breve percurso histórico sobre o desenvolvimento da teoria do discurso.

Por volta dos anos 50, surge a obra de Zellig Harris, intitulada de *Discourse Analysis*, que ainda não apresentava uma teoria do discurso, mas propunha um modelo de análise.

O método da *discourse analysis* consiste em segmentar o texto em seqüências de proposições, e, com base em semelhanças semânticas ou formais, estabelecer equivalências entre elas, para, a seguir, por meio de transformações parafrásticas, ordenar as frases do texto em classes de equivalência (Fávero e Koch, 1998:34).

Para Brandão (2000), o trabalho de Harris “mostra a possibilidade de ultrapassar as análises confinadas meramente à frase, ao estender procedimentos da lingüística distribucional americana aos enunciados (chamados discursos)” (p.15).

Por outro lado, Benveniste (apud Fávero e Koch, 1998), também considerado como um dos precursores no estudo do discurso, ao se referir à enunciação, diz que: “é o ato mesmo de produzir um enunciado e não o texto do enunciado que é o nosso objeto” (p.31). A teoria da enunciação distingue o enunciado, como o produto já realizado, e a enunciação, como a ação de produzir um enunciado. Focaliza-se, dessa maneira, o processo de produção do enunciado, considerando seus mecanismos como parte dos processos de significação. Esta nova perspectiva de análise, que privilegia as condições de produção do discurso, é a semente que germinará nos estudos da chamada *Análise do Discurso*.

Devemos esclarecer que existem duas Análises do Discurso diferentes: a Análise do Discurso Anglo-Saxã, ou Americana, voltada para a Sociologia, e a Análise do Discurso Francesa, voltada para a História. A linha americana valoriza a intencionalidade dos sujeitos envolvidos no processo comunicativo, e amplia a unidade de análise da frase para o texto, sem mudar significativamente a base teórica. Já a linha francesa rompe suas fronteiras, ao introduzir as noções de sujeito, ideologia, história e psicanálise. Seguiremos a Análise do Discurso Francesa, com o intuito de se fazer um recorte teórico voltado para o processo lingüístico sócio-histórico, já que a ideologia se faz com a história.

Nos anos 60, surge a Análise do Discurso Francesa, como resultado de várias pesquisas voltadas para o discurso político; estas foram publicadas em 1969, na revista *Langages*, mesmo período que Pêcheux publica *Analyse Automatique du Discours*, obra que tem sido o ponto de partida para muitos lingüistas seguidores da Análise do Discurso.

Maingueneau (2000) esclarece com detalhes que:

o núcleo dessas pesquisas foi um estudo do discurso político, efetuado por lingüistas e historiadores, com uma metodologia que associava a lingüística estrutural e uma ‘teoria da ideologia’, inspirada, ao mesmo tempo, na releitura da obra de Marx por Althusser e na psicanálise de Lacan. Tratava-se de pensar a relação entre o ideológico e a lingüística, evitando reduzir o discurso à análise da língua ou, ao contrário, de dissolver o discursivo no ideológico (p.70).

Nota-se que os lingüistas franceses admitiram uma conexão entre a base lingüística e

o processo discursivo ideológico. A idéia de analisar a língua em sua relação com o contexto sócio-histórico, à luz de Marx, trouxe a reflexão sobre a ideologia imposta pela classe dominante, reguladora das relações sociais; e a idéia de analisar a língua em sua relação com a psicanálise, à luz de Lacan, trouxe a reflexão de que o inconsciente também se estrutura como uma linguagem.

Examinando o diálogo entre a Psicanálise, a Lingüística e o Marxismo, Orlandi (2003) identifica as lacunas de cada disciplina, vistas isoladamente, e a integração de todas elas em uma única disciplina: a Análise do Discurso. Para a autora, a Análise do Discurso:

interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.  
(p.20)

A Análise do Discurso Francesa se define por meio de um desvio que contorna pontos que até então não eram vistos em confluência. A nova disciplina se estabelece por meio da ancoragem em uma teoria que focaliza o discurso a partir da posição ocupada pelo sujeito histórico-ideológico. Podemos entender que o sujeito histórico-ideológico é o sujeito que vê a partir de seus olhos, por isso a constituição de sentido depende da constituição do sujeito.

Segundo Brandão (1998):



Pêcheux constrói a noção de discurso apoiando-se criticamente em Saussure. Reconhece nele o ponto de origem da ciência lingüística, com o deslocamento que opera ao estabelecer a dicotomia língua/fala. Concebida como um sistema, Saussure atribui à língua o estatuto de objeto dos estudos lingüísticos, excluindo a fala desse campo. Sistêmica, abstrata e objetiva, a língua se opõe à fala, concreta, variável de acordo com cada falante, por isso subjetiva (p.21).

Partindo-se do pressuposto de que a língua se estrutura de forma objetiva, mas o sentido de que o sujeito fala, não se estrutura de forma objetiva, Pêcheux sugere uma nova abordagem de estudo, voltada para uma semântica do discurso, e não para uma semântica lingüística. Na verdade, busca-se “uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse pólo da dicotomia saussureana. E essa instância da linguagem é a do discurso” (Brandão, 2000: 12).

Já que o discurso se situa num plano entre a língua e a fala, “só uma teoria do discurso poderia dar conta de um objeto complexo, que passa a ser concebido não apenas no seu componente puramente lingüístico, mas a incorporar algo “exterior” a ele, um componente socioideológico” (Brandão, 1998: 20).

Dessa forma, instaura-se com a Análise do Discurso Francesa um novo quadro epistemológico, em que convergem três áreas do conhecimento científico, que Orlandi (apud Fávero e Koch, 1998) estruturou da seguinte maneira:

- a) ideológico-cultural – o materialismo histórico como teoria das formações sociais e suas transformações, compreendendo, pois, a teoria da ideologia;
- b) lingüística – a lingüística como teoria, ao mesmo tempo, dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
- c) discursiva – a teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (p. 32).

Vale lembrar que essas três áreas se entrelaçam também com o material teórico psicanalítico, desenvolvido por Lacan.

Ainda que Saussure (1999) tenha considerado que: “A Lingüística tem relações bastante estreitas com outras ciências, que tanto lhe tomam emprestados como lhe fornecem dados” (p.13); alguns lingüistas, como por exemplo Possenti (2001), questionam a delimitação do quadro epistemológico da Análise do Discurso Francesa, levantando reflexões acerca das fronteiras entre a Lingüística com outras disciplinas.

Outra contribuição importante surgiu com a obra de Michel Foucault, A Arqueologia do Saber, em 1969, em que o filósofo apresenta o conceito de formação discursiva, como fator determinante de tudo aquilo que pode ser dito, a partir de uma determinada posição social. Por essa perspectiva, entendemos a identidade do sujeito, à força das instituições.

Verifica-se, portanto, que a Análise do Discurso Francesa nasce diante de um novo terreno interdisciplinar de conhecimento, e com a proposta de um novo objeto de estudo:

A Análise do Discurso, trabalhando na confluência desses campos de conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso (Orlandi, 2003: 20).

Discurso, do latim ‘discursus’ (Cunha, 1986: 269), em seu primeiro sentido, nos remete à idéia de um texto proferido em público. A imagem de um orador discursando para um público, com o intuito de influenciar opiniões e comportamentos, envolve elementos subjetivos e abstratos, responsáveis pela interação entre o orador e o público, como por exemplo: a empatia do orador, a sensibilidade e o conhecimento de mundo de cada receptor e mais outros fatores que possibilitam a decodificação dos sinais que compõem todo o processo de comunicação.

Podemos levantar a hipótese de que, talvez, seja devido aos elementos subjetivos e abstratos que compõem o processo comunicativo entre orador e público, que o termo discurso tenha tomado uma acepção diferente de texto, remetendo-nos à idéia de algo que não se revela expressamente, mas se apreende no processo de enunciação. Nas palavras de Orlandi (2003), “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (p.15).

Ainda que se tenha a impressão de que o discurso seja a própria fala em ação, deve-se distinguir o discurso da fala:

O discurso são as combinações de elementos lingüísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo. A fala é a exteriorização psico-físico-fisiológica do discurso. Ela é rigorosamente individual, pois é sempre um eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso (Fiorin, 1990:11).

Fávero e Koch (1998) explicam a confusão entre os termos texto e discurso, que ora são tratados como sinônimos, ora assumem sentidos distintos:

Uma das causas da confusão é o fato de, em algumas línguas, como o alemão, o holandês etc., só existir o termo texto, a partir do qual se criaram as denominações “gramática de texto” e “lingüística de texto”, mesmo porque o inglês, a par do termo discurso, possui também o termo texto, embora mais usado para referir-se ao discurso escrito. Essa ambigüidade, que ocorre em todas as línguas românicas, levou ao estabelecimento de dois termos técnicos diferentes (p.23).

Para as autoras, “o termo discurso parece ter significado mais amplo que texto, visto englobar tanto os enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva como as suas condições de produção. O texto seria apenas como a manifestação verbal resultante” (p.24).

Ao diferenciarmos texto de discurso, é importante frisar que nem todo lingüista faz distinção entre texto e discurso, como por exemplo, Coseriu. Porém, a maioria dos estudos,

voltados para a análise do discurso, entende que texto é a concretização ou a materialização do discurso. Já o discurso, por sua vez, é abstrato, veicula crenças, valores, ideologias, etc. Em síntese: “O discurso é manifestado, lingüisticamente, por meio de textos”. (Fávero, 1998: 7). Dessa forma, partiremos do pressuposto de que o texto volta-se para elementos explícitos dentro de um processo organizacional e o discurso volta-se para os elementos implícitos dentro de um processo interacional.

Podemos reiterar a informação acima, com as palavras de Foucault (1996):“O discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante (p.49).

Orlandi (2003) focaliza o discurso a partir do esquema elementar de comunicação, já visto neste trabalho, constituído por: emissor, receptor, código, referente e mensagem. Sob o ponto de vista da autora, percebe-se que não devemos entender cada um desses elementos de forma tão marcadamente separada, já que todos interagem dentro de um complexo processo de produção de sentido, que não se detém à palavra, propondo ainda que, em vez de pensarmos em mensagem, podemos pensar em discurso. Surge, então, um outro conceito para discurso: “o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (p.21).

Fiorin (1990) diferencia texto e discurso da seguinte forma:

enquanto o discurso é a materialização das formações ideológicas, sendo, por isso, determinado por elas, o texto é unicamente um lugar de manipulação consciente, em que o homem organiza, da melhor maneira possível, os elementos de expressão que estão a sua disposição para veicular seu discurso. O texto é, pois, individual, enquanto o discurso é social. Há um nível grande de liberdade no âmbito da textualização,

enquanto, no nível discursivo, o homem está preso aos temas e às figuras das formações discursivas existentes na formação social em que está inserido (p.41).

Por este enfoque, quem se propõe a produzir um texto dispõe de uma certa independência e autonomia para organizar a sua própria microestrutura textual; porém, já no âmbito do discurso não se admite tanta liberdade, pois o indivíduo, no processo comunicativo, permanece preso às formações ideológicas; ou seja, ele só pode dizer o que a sua ideologia permite.

Fiorin (1990), reserva o capítulo A Trapaça Discursiva, para mostrar que o discurso se falseia de individual, mas, de forma oculta, projeta o social:

Como o mesmo discurso pode manifestar-se em diferentes textos, a liberdade de textualizar é muito grande, estando condicionada apenas pelos processos modelizantes de aprendizagem, ou seja, pela tradição textual. O discurso é, pois, o lugar das coerções sociais, enquanto o texto é o espaço da 'liberdade' individual. Como diz Edward Lopes, 'combinando uma simulação com uma dissimulação, o discurso é uma trapaça: ele simula ser meu para dissimular que é do outro (p.42).

Se o texto é individual, porque cabe a alguém elaborá-lo, o discurso é social, considerando que “quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós” (Orlandi, 2003: 35).

Considerando que um discurso é sempre uma resposta a um outro discurso, e que o discurso se constitui diante de outros discursos, faremos a exemplificação em itens seguintes, após a apresentação do termo interdiscursividade.

### 1.3. Intertextualidade e Interdiscursividade

O termo intertextualidade nasceu com Kristeva (apud Koch, 2000) que, a partir dos estudos da teoria de Bakhtin, assumiu a perspectiva de que “qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto” (p.48).

Outro ponto de vista relevante é apresentado por Barthes (apud Koch, 2000):



Exemplificamos a ocorrência dos fenômenos da intertextualidade e interdiscursividade, na seguinte passagem de “O Alienista”, de Machado de Assis:

Como fosse grande arabista, achou no Corão que Maomé declara veneráveis os doidos, pela consideração de que Alá lhes tira o juízo para que não pequem. A idéia pareceu-lhe bonita e profunda, e ele a fez gravar no frontispício da casa; mas, como tinha medo do vigário, e por tabela ao bispo, atribuiu o pensamento a Benedito VIII, merecendo com essa fraude, aliás pia, que o padre Lopes lhe contasse, ao almoço, a vida daquele pontífice eminente (Assis, 1998: 18).

A intertextualidade se manifesta por meio da menção a um texto previamente existente, o Corão, ou Alcorão, livro sagrado dos muçulmanos. Ainda que não haja certos detalhes típicos de uma citação expressa da fonte, como o uso de aspas para anunciar as mesmas palavras do texto citado e a referência de página, transcreve-se, de forma indireta, a posição de Maomé em relação aos loucos, fundamentada na palavra de Alá. Nota-se que o texto analisado, “O Alienista”, absorve um outro texto, o Alcorão, e o transforma, diante de um outro contexto. Já a interdiscursividade se expressa por meio do diálogo entre o discurso científico com o discurso religioso, ambos inseridos no discurso literário. Simão Bacamarte, o alienista, porta-voz do discurso científico, buscava respaldo em alguma referência de cunho religioso, que pudesse justificar suas ações como médico psiquiatra. Mais além, verifica-se que o discurso religioso se ramifica em outros dois, no confronto entre o discurso da Igreja Católica e o discurso do Islamismo.

Para Orlandi (2003):

Por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes (p.62).

A intertextualidade, portanto, é um fenômeno que se restringe à incorporação de um texto em outro, e a interdiscursividade, termo usado em *Análise do Discurso*, é um fenômeno vinculado à memória discursiva, ou seja, a memória é responsável pela produção de discurso. Neste caso, considerando o texto em estudo, Dr. Simão Bacamarte, médico, assume um discurso puramente científico, o qual está presente em nossa memória, tanto é que facilmente o reconhecemos pelo seu estilo que se manifesta por meio do emprego de expressões típicas usadas em sua profissão: “Simão Bacamarte explicou-lhe que D. Evarista reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso, e excelente vista; estava assim apta para dar-lhe filhos robustos, são e inteligentes” (Assis, 1998: 14). Antes que o leitor leia o texto, o discurso, no caso, científico, já existe. Embora o discurso mantenha-se em esquecimento, no ato da leitura em que o leitor faz o processamento de idéias, ele ativa sua memória discursiva, participando do processo de produção de sentido. Verifica-se, portanto, que, na interdiscursividade, o esquecimento é fator funcionalmente estruturante no processo de produção de sentido.

Orlandi (2003) reitera que o interdiscurso:

é todo um conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras (p. 33 - 34).

Entendemos que o interdiscurso, enquanto algo pré-construído na memória discursiva, fornece a matéria-prima para que o sujeito ideológico construa “seu” discurso de acordo com a formação discursiva que o assujeita.

Barros e Fiorin (1999), entendem que “a interdiscursividade não implica a intertextualidade, embora o contrário seja verdadeiro, pois, ao se referir a um texto, o enunciador se refere, também, ao discurso que ele manifesta” (p. 35).

É a partir da noção de interdiscursividade que propomos a análise no conto “O Alienista”, de Machado de Assis, já que a obra apresenta a organização de um mundo construído por meio de um discurso literário preenchido de outros discursos, tais como, o discurso científico, na voz do médico Dr. Simão Bacamarte; o discurso feminino, contido e indireto na voz da esposa do alienista, D. Evarista da Costa e Mascarenhas; o discurso religioso, na voz do padre Lopes; o discurso político, na voz do barbeiro Porfírio, que se aproveita da situação para se promover em Itaguaí; o discurso jurídico, para legislar a instituição Casa Verde, entre outros que veremos mais adiante. Se olharmos com atenção

veremos que “O Alienista” é o reflexo microscópico da realidade histórica na qual estamos inseridos, um mundo estruturado por diversas vozes em posições diferentes que desorganizadamente se organiza.

Diante desta rede interdiscursiva, Machado de Assis construiu uma espécie de microuniverso, uma organização social tecida pela confluência de várias ideologias. Este será nosso próximo passo: relacionar discurso e ideologia.

## Capítulo II – Discurso e Ideologia: A Casa Verde como prisão ideológica

“Essa Bastilha da razão humana”

(Assis, 1998: 57)

### 2.1. Texto, Discurso e Ideologia

Neste capítulo, focalizamos o discurso como o epicentro de várias perspectivas. Ao retomarmos os conceitos desenvolvidos no capítulo anterior, vimos que, de um lado, “o discurso é manifestado, lingüisticamente, por meio de textos”, (Fávero, 1998: 7) e por outro lado, “o discurso é a materialização das formações ideológicas” (Fiorin, 1990: 41). Dessa forma, entendemos que o texto é a concretização do discurso, e o discurso, por sua vez, é a concretização das formações ideológicas. Em outras palavras, o discurso se textualiza por meio da ideologia.

Orlandi (2003) apresenta um conceito de texto que engloba os termos discurso e ideologia:

O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. O que faz ele diante de um texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura (p.63).

Seguindo este procedimento, num primeiro momento, o analista, percorrendo o nível de superfície textual, identifica traços de discursividade, por meio da formação discursiva; e, num segundo momento, relaciona a formação discursiva com a formação ideológica que a governa.

Poderíamos chegar, facilmente, a um posicionamento de que os três elementos - texto, discurso e ideologia - estão entrelaçados dentro de uma perspectiva em que o texto pode ser visto como produto, e o discurso como processo, lembrando que este processo é regido pelo jogo das formações ideológicas. No entanto, não podemos dizer que o texto é um produto completamente acabado, já que ele existe quando alguém o processa, ou seja, o texto se realiza em processo também.

Koch (2004) esclarece que, pela concepção de base discursiva, o texto pode ser visto “como discurso ‘congelado’, como produto acabado de uma ação discursiva” (p.XII). Já pela concepção de base cognitivista, o texto pode ser visto “como processo que mobiliza operações e processos cognitivos” (p.XII). Não temos o intuito de excluir qualquer concepção, posto que todas são verdadeiras de acordo com o referencial escolhido. Apenas adotaremos a concepção de base discursiva, porque, como foi dito, o discurso é o nosso epicentro.

A noção de discurso, seguindo a linha da Escola Francesa, ilumina dois pontos que foram interligados por Pêcheux: as formações discursivas e as formações ideológicas. Apresentamos, a seguir, como as formações ideológicas são marcadas por meio das formações discursivas.

## 2.2. Formações Discursivas e Formações Ideológicas

Embora a formação discursiva tenha sido apresentada por Michel Foucault, em sua obra, *A arqueologia do saber*, “para designar o conjunto de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas” (apud Maingueneau, 2000: 68), foi com Michel Pêcheux que a expressão formação discursiva se tornou um dos pilares da *Análise do Discurso*.

Como já vimos, a *Análise do Discurso* Francesa se apóia no entendimento de que o sujeito é condicionado pela ideologia; esta, por sua vez, estabelece o que dizer ou não-dizer

espécie de ‘não consciência’ ” (Koch, 2002: 14); e a terceira, é a “concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais”, (Koch, 2002: 17).

Convém adotarmos, neste capítulo, a concepção de língua como estrutura, posto que a obra em estudo, “O Alienista”, de Machado de Assis, se apresenta como um mundo ficcionalmente estruturado, em que cada personagem tem seu lugar social definido em Itaguaí, ou seja, cada um deles já se encontra assujeitado pelo sistema, sem nenhuma consciência das artimanhas ideológicas.

A formação ideológica, expressão que surge em Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado, de Althusser (2001), é um outro pilar da Análise do Discurso, pela qual Pêcheux elabora seus conceitos. Althusser faz uma releitura do marxismo para desenvolver uma teoria funcional das instituições, refletindo sobre o mecanismo de sujeição ideológica do indivíduo. Não é no campo das idéias que as ideologias existem; ao contrário, as ideologias têm existência material que se manifestam por meio de práticas sociais que reproduzem as relações de produção. Isto significa que há um “lugar” determinado para cada ser social na produção, sendo que é a ideologia que leva o sujeito a reconhecer o “seu lugar” dentro do sistema. O processo de reprodução das relações de produção não tem enfoque exclusivamente econômico, mas social também, pois engloba os efeitos da reprodução da submissão e de reconhecimento da ordem de classes sociais no sistema.

A Análise do Discurso de linha francesa considera o legado do materialismo histórico no processo de produção de sentido, ou seja, a história carrega a palavra de sentido, em sua forma material, conhecida como forma lingüístico-histórica. O sentido não é construído de forma fortuita e casual; é resultado de um percurso de fenômenos sociais na linha do tempo.





Num primeiro momento podemos entender que, quando se manifesta um discurso por meio de um texto, seja oral ou escrito, não estamos sendo nada originais, porque os usuários de uma língua repetem expressões que já são conhecidas socialmente (algo que já foi dito). Porém, Foucault avança dizendo que o “já-dito” é na verdade um “jamais-dito”, pois carrega em si algo que não é dito. Em outras palavras, ao analisarmos um discurso por meio de um texto, veremos que o texto é feito daquilo que ele não mostra. Isto é possível de entender se considerarmos o dialogismo discursivo, em que todo texto projeta dois lados, um que ele defende e outro contrário pela qual ele se constrói. Vale lembrar que esse lado contrário não precisa ser explicitado (“jamais-dito”), já que se subentende sua presença virtual como uma característica constitutiva.

Brandão (2000) esclarece que, “Foucault concebe os discursos como uma dispersão, isto é, como sendo formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Cabe à análise do discurso descrever essa dispersão, buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos” (p.28). Por este raciocínio, surge a questão sobre como a formação discursiva se instaura e consegue se estabelecer de forma soberana ao longo do tempo.

Reproduzimos as palavras de Foucault (1996): “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (p. 52-53).

Em convergência com o ponto de vista de Foucault, entendemos o discurso como uma dispersão, pois carregamos em nossa memória a lembrança de vários padrões e estilos discursivos, mas eles não chegam até nós de forma uniforme e imutável, cabe ao enunciador produzir seu próprio discurso por meio de mecanismos que possibilitem laços

de unidade, que se projetam no texto por meio da coesão e coerência. Vale lembrar ainda, que os discursos não são fechados em si mesmos, eles existem em relação uns com os outros, é por isso que às vezes eles se cruzam, se ignoram ou se excluem.

Orlandi (2003) também se firma na “memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (p.31). Na verdade, a memória discursiva funciona como a matéria-prima social que cada enunciador projeta em sua formação discursiva e a molda de acordo com o seu perfil.

Um outro posicionamento que se destaca é o Fiorin (1990) que conceitua a formação discursiva como “um conjunto de temas e figuras que materializam uma dada formação ideológica presente numa determinada formação social” (p.81). Estas imagens ou figuras criam uma ilusão referencial, pois se apresentam no plano discursivo com a finalidade de estabelecer uma referência a algum elemento do mundo natural.

Verifica-se que a expressão formação discursiva, inevitavelmente, aciona a expressão formação ideológica, pois ambas são indissociáveis. Para Fiorin (1990): “O discurso materializa as representações ideológicas. As idéias, as representações não existem fora dos quadros lingüísticos. Por conseguinte, as formações ideológicas só ganham existência nas formações discursivas” (p. 34). Esta integração entre as formações ideológicas e as formações discursivas se torna mais facilmente observável no plano da palavra; e, na perspectiva de Bakhtin (1995) “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (p.36). Isto significa que a ideologia não se separa da realidade material do signo.

De acordo com Fiorin (1990), entende-se por formação ideológica:

uma visão de mundo, um conjunto de representações que explicam as

Quando se entende que a ideologia é responsável pelo comportamento de um grupo, deve-se considerar que toda forma de pensar está comprometida com os interesses sociais, ou seja, toda forma de pensar manifesta o ponto de vista de uma classe social, projetando e justificando a forma como ela se estrutura, se coloca, se enxerga, e se explica diante da sociedade em que vive.

Se a Análise do Discurso examina o discurso considerando que o sentido foi construído pelo contexto histórico-social, é porque a falta de atenção ao contexto pode comprometer o sentido. É no contexto social, ou seja, na realidade, que percebemos o quanto a sociedade se ordena por relações de poder, relações de hierarquia, relações de influência, relações de sentido.

Para aplicar tais conceitos à obra, “O Alienista”, devemos nos remeter ao contexto sócio-histórico do século XIX, época intensamente marcada pelo avanço científico. Influências de vários setores convergiam para o mesmo foco - a razão - enaltecendo, ainda mais, a Ciência. Na Filosofia, o Positivismo, criado por Augusto Comté, defendia a importância da Ciência para o progresso da sociedade; nesse sentido, propunha o abandono da Teologia e da Metafísica e sugeria a busca do conhecimento objetivo, concreto, obtido por meio da análise e da experimentação. Hipólito Taine, baseando-se nas idéias de Comté, elaborou a teoria determinista, que explica que o homem é determinado por três fatores de pressão externa: herança (raça), meio e momento histórico. Na Ciência propriamente dita, Lamarck foi o precursor sobre a noção de evolução, para depois Darwin formular a teoria da evolução das espécies, e os estudos de Louis Pasteur favorecerem o desenvolvimento da microbiologia. Por fim, na Sociologia, Marx e Engels elaboram as linhas mestras de uma nova ontologia do ser social: o materialismo histórico e dialético.

Como entendemos que o Dr. Simão Bacamarte é a figurativização de um sujeito histórico, não podemos acusá-lo pelas suas atitudes, como um ser que age isoladamente, visto que o sujeito se constrói à força do contexto sócio-histórico vivido, e se marca naquilo que diz, pelo papel social que desempenha. Por ser médico, papel social mais ainda valorizado socialmente, dr. Simão Bacamarte acaba se excedendo em sua autoridade. Mas essa autoridade já lhe é concedida e fixada pelo sistema. Proporcionalmente, verifica-se que a imposição agressiva da visão científica diante de outras áreas se reflete hierarquicamente nas posições sociais.

Dessa forma, a Casa Verde torna-se o símbolo de uma prisão ideológica, pois o Dr. Simão Bacamarte, escravizado à formação ideológica cientificista do século XIX, manifesta tiranamente a formação discursiva científica, como a expressão da verdade, de forma opressora, violenta.

Para Foucault (1996): “Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade” (p.52).

Ao observarmos a sociedade de classes é que concebemos a prática discursiva como uma violência, visto que a ideologia da classe dominante defende a imutabilidade do sistema, perpetuando as diferenças sociais como algo natural. Neste sentido a ideologia da classe dominante não tem a finalidade de projetar a realidade, mas sim de mascarar-la para garantir a reprodução histórica das diferenças.

Por compreendermos que é na violência do confronto ideológico que as identidades se sobrepõem umas às outras, é que veremos, no próximo capítulo, a relação entre o ethos e o discurso.

## Capítulo III – *Ethos* e Discurso: “loucos” de todos os gêneros em Itaguaí

“O principal nesta minha obra da Casa Verde é estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhe os casos, descobrir enfim a causa do fenômeno e o remédio universal.” (Assis, 1998: 20)

### 3.1. *Ethos*

Foi Aristóteles, por meio de sua obra *Arte Retórica*, quem historicamente marcou o termo *ethos* como a projeção da “imagem que um orador transmitia, implicitamente, de si mesmo, através de sua maneira de falar” (apud Maingueneau, 2000: 59).

A *Arte Retórica*, obra que apresenta as regras da arte de bem falar, compreende três livros, ainda que alguns contestem, sem provas convincentes, a autenticidade do Livro III. O Livro I define a *Retórica* como uma *Arte* e estabelece uma relação entre a *Retórica* e a *Dialética*. No Livro II, Aristóteles estuda as provas morais e subjetivas e também examina as provas lógicas das quais o orador faz uso para defender uma tese. E o Livro III é consagrado ao estudo da forma.

Focalizaremos o Livro II, Capítulo I, em que Aristóteles revela os elementos que exercem influência no ânimo dos ouvintes: “A confiança que os oradores inspiram provém de três causas, sem contar as demonstrações; e são as únicas que obtêm a nossa confiança. Ei-las: a prudência, a virtude e a benevolência” (Aristóteles, s/d: 97). Estes três elementos constituem o “caráter” do orador, o seu *ethos*.

Sob este ponto de vista, somente bons argumentos não são suficientes para inspirar confiança; é preciso que o orador conquiste uma espécie de credibilidade emocional para que se torne digno de fé por seus ouvintes.

A partir desta perspectiva é que o ethos é inserido numa visão tridimensional, em que Aristóteles destaca três elementos de persuasão no processo argumentativo: o logos, o ethos e o pathos. Em essência, podemos entender o logos como o apelo à razão, a forma pela qual o orador faz o encadeamento lógico de suas idéias; o ethos, como os traços de caráter do orador; e o pathos, como as emoções que o orador suscita em seu público.

Esta noção de ethos, circunscrita ao plano da argumentação, pertence à tradição retórica; no entanto, há alguns anos o termo tem servido como objeto de análises diferentes. Podemos comprovar isso seguindo os estudos de Maingueneau (2000) que, reagindo contra uma concepção estruturalista do texto, vem desenvolvendo uma outra perspectiva sobre o ethos, voltada para a Análise do Discurso, e que ultrapassa os limites do quadro da argumentação. Nas palavras do autor:

Todo discurso, oral ou escrito, supõe um ethos: implica uma certa representação do corpo de seu responsável, do enunciador que se responsabiliza por ele. Sua fala participa de um comportamento global (uma maneira de se mover, de se vestir, de entrar em relação com o outro...). Atribuímos a ele, dessa forma, um caráter, um conjunto de traços psicológicos (jovial, severo, simpático...) e uma corporalidade (um conjunto de traços físicos e indumentários). “Caráter” e “corporalidade” são inseparáveis, apóiam-se em esteriótipos valorizados ou desvalorizados na coletividade, em que se produz a enunciação (p.60).



Maingueneau (2005) defende a idéia de que, o ethos - traduzido para o português, inadequadamente, pela palavra “caráter” – “está ligado à enunciação, não a um saber extradiscursivo sobre o enunciador” (p.70). Isto significa que o perfil que o enunciador projeta para conquistar a confiança do outro é efeito do discurso; não se trata de um juízo prévio sobre o caráter do enunciador, ainda que isto seja relevante no processo de interação. O que queremos reiterar é que não estamos analisando o enunciador fora do processo de enunciação, já que o ethos está vinculado ao discurso.

Esclarecemos que o corpus escolhido, “O Alienista”, representa uma transfiguração da realidade, em que Machado de Assis segue o princípio da verossimilhança em seu espaço de criação literária. Para Aristóteles (s/d), “não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade” (p.252). Sendo assim, a análise focaliza éthé ficcionais de uma realidade inventada. Entre o mundo real e o mundo ficcional, “não se pode negar que o espaço da criação interage com os mecanismos de base material de uma conjuntura histórico-social” (Santaella, 1996: 220), de forma que é possível identificar traços específicos do século XIX no conto analisado; porém, as identidades construídas no processo de enunciação são ficcionalizadas.

Seguindo o raciocínio de Maingueneau, entendemos que cada personagem da obra “O Alienista”, corporifica e empresta sua voz a uma dada ideologia; e, sendo assim, chegamos ao nosso tema proposto de que, o ethos se revela por meio do discurso, da mesma forma que o discurso se sustenta por meio de um “corpo” e de uma “voz”.

Na verdade, a construção do ethos, na obra, torna-se uma estratégia de tessitura do texto, já que o encadeamento dos diversos discursos só é possível por meio da interação

entre as personagens, que são figurativizadas por meio de um “corpo” e de uma “voz”. A finalidade da análise é revelar o ethos como a materialização da formação ideológica, e ao mesmo tempo, a manifestação da formação discursiva. É o que veremos a seguir.

### 3.2. O *ethos* em “O Alienista”

Entendendo o *ethos* como um modo de presença no mundo ou uma maneira de habitar o espaço social, criado no processo de enunciação, focalizamos as várias identidades existentes em “O Alienista”.

1. Iniciamos com o *ethos* científico, representado pelo Dr. Simão Bacamarte. O alienista é apresentado como:

filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas. Estudara em Coimbra e Pádua. Aos trinta e quatro anos regressou ao Brasil, não podendo el-rei alcançar dele que ficasse em Coimbra, regendo a universidade, ou em Lisboa, expedindo os negócios da monarquia (Assis, 1998: 13).

Sua origem nobre, sua titulação européia e suas relações de influência já condicionam o leitor a construir uma imagem de alguém que ocupa uma posição social proeminente.

Para Orlandi (1999), “as palavras não significam por si, mas pelas pessoas que as falam, ou pela posição que ocupam os que as falam” (p.95). Simão Bacamarte carrega um título legitimado socialmente; investido no papel de médico, ele propaga o discurso científico porque está escravizado à formação ideológica cientificista do século XIX. Exemplo disso se comprova no seguinte trecho:

Homem de ciência, e só de ciência, nada o consternava fora da ciência; e se alguma coisa o preocupava naquela ocasião, se ele deixava correr pela

multidão um olhar inquieto e policial, não era outra coisa mais do que a idéia de que algum demente podia achar-se ali misturado com a gente de juízo (Assis, 1998: 29).

A influência que o alienista exercia na sociedade de Itaguaí era perceptível na expressão de medo que as pessoas projetavam ao serem analisadas pelo olhar científico do médico.

Simão Bacamarte estudava por todos os lados uma certa idéia arrojada e nova, própria a alargar as bases da psicologia. Todo o tempo que lhe sobrava dos cuidados da Casa Verde era pouco para andar na rua, ou de casa em casa, conversando as gentes, sobre trinta mil assuntos, e virgulando as falas de um olhar que metia medo aos mais heróicos (Assis, 1998: 31).

A expressão virgulando as falas mostra a influência de Simão Bacamarte em regrar a fala das pessoas, bloqueando a espontaneidade do processo comunicativo. A presença do médico intimida “o outro”, despertando um policiamento daquilo que pode ser dito sem que seja interpretado como um caso patológico. O medo surge da falta de conhecimento científico para saber qual é a fronteira entre a razão e a loucura que Simão Bacamarte se utiliza para rotular os sãos e os loucos. Não saber o que Simão Bacamarte sabe é que deixa os itaguaienses sem referencial de conduta. A reprodução social de submissão perante aqueles que pertencem a uma classe social mais elevada, faz com que as personagens aceitem mecanicamente o “seu” lugar social. Em uma de suas conversas com o boticário, Simão Bacamarte elucida seu raciocínio:

- Supondo o espírito humano uma vasta concha, o meu fim, Sr. Soares, é ver se posso extrair a pérola, que é a razão; por outros termos, demarquemos definitivamente os limites da razão e da loucura. A razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades; fora daí insânia, insânia e só insânia” (Assis, 1998: 36).

A demarcação rígida dos limites entre a razão e a loucura instaura o terror em Itaguaí, pois nenhum cidadão consegue ser enquadrado como são, segundo os critérios do alienista. A mentalidade higienista de Simão Bacamarte exige altos padrões comportamentais de uma sociedade que não enxerga o real funcionamento do sistema. Na verdade, o alienista tem respaldo das instituições, que continuam a falsear a razão em nome da ordem social.

Simão Bacamarte acredita que a sua visão é a correta, mas é a vila de Itaguaí que lhe confere credibilidade, e que aceita a sua palavra como definitiva; ou seja, é a sustentação social que lhe confere poder. Na passagem: “o ilustre médico escrutava um texto de Averróis, os olhos dele, empanados pela cogitação, subiam do livro ao teto e baixavam do teto ao livro, cegos para a realidade exterior, videntes para os profundos trabalhos mentais” (Assis, 1998: 60-61), percebemos o quanto Simão Bacamarte está preso à formação ideológica cientificista, seus olhos cegos para a realidade exterior, acabam por justificar o porquê de ser chamado “o alienista”, uma vez que o próprio médico especialista em doenças mentais encontra-se em estado de alienação.

Até mesmo a forma de raciocinar, empregando o procedimento classificatório, como resultado da observação e da experimentação, ações típicas reverenciadas na época, não passaram despercebidas. Simão Bacamarte estruturou seu conhecimento sobre a loucura da

seguinte maneira:

(...) o alienista procedeu a uma vasta classificação dos seus enfermos. Dividiu-os primeiramente em duas classes principais: os furiosos e os mansos; daí passou às subclasses, monomanias, delírios, alucinações diversas. Isto feito, começou um estudo acurado e contínuo; analisava os hábitos de cada louco, as horas de acesso, as aversões, as simpatias, as palavras, os gestos, as tendências; inquiria da vida dos enfermos, profissão, costumes, circunstâncias da revelação mórbida, acidentes da infância e da mocidade, doenças de outra espécie, antecedentes na família, uma devassa, enfim, como a não faria o mais atilado corregedor (Assis, 1998: 25).

Podemos justificar a investigação “devassa” do Dr. Simão Bacamarte, por meio da perspectiva de Foucault (1997) que discute o teor descritivo dos enunciados científicos:

Parecera-me, por exemplo, que a ciência médica, a partir do século XIX, se caracterizava menos por seus objetos ou conceitos do que por um certo estilo, um certo caráter constante da enunciação. Pela primeira vez, a medicina não se constituía mais de um conjunto de tradições, de observações, de receitas heterogêneas, mas sim de um corpus de conhecimentos que supunha uma mesma visão das coisas, um mesmo esquadrinhamento do campo perceptivo, uma mesma análise do fato patológico segundo o espaço visível do corpo, um mesmo sistema de

transcrição do que se percebe no que se diz (mesmo vocabulário, mesmo jogo de metáforas); enfim, parecera-me que a medicina se organizava como uma série de enunciados descritivos (p. 37 - 38).

O teor descritivo dos enunciados científicos se deve à busca de detalhamento para a organização de conceitos sobre um determinado objeto, no caso, a loucura. O excesso de informações justifica o comportamento abusivamente investigativo do alienista, e também a construção de um certo estilo de linguagem, identificável pelo uso de termos técnicos que permanecem na memória discursiva.

Nesta outra passagem, verifica-se o nível de agressividade da ideologia científica pelo próprio campo semântico utilizado: “Bacamarte espetara na pobre senhora um par de olhos agudos como punhais. Quando ela acabou, estendeu-lhe a mão polidamente, como se o fizesse à própria esposa do vice-rei, e convidou-a a ir falar ao primo. A mísera acreditou; ele levou-a à Casa Verde e encerrou-a na galeria dos alucinados” (Assis, 1998: 41). Palavras como: espetara, agudos, punhais, despertam sensações de um ataque físico, mas revelam também um ataque ideológico violento, de supremacia. Esta supremacia do discurso científico, corporificado pelo alienista, só respeita pessoas com a mesma titulação ou uma entidade divina superior: “- Meus senhores, a ciência é coisa séria, e merece ser tratada com seriedade. Não dou razão dos meus atos de alienista a ninguém, salvo aos mestres e a Deus” (Assis, 1998: 62-63).

2. O ethos feminino da época é representado pela D. Evarista da Costa e Mascarenhas, esposa do alienista. A personagem é vista de formas diferentes: para o enunciador, a viúva senhora é apresentada aos vinte e cinco anos como uma pessoa nem bonita nem simpática, aos olhos do alienista ela é descrita como alguém que “reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso, e excelente vista; estava assim apta para dar-lhes filhos robustos, sãos e inteligentes” (Assis, 1998: 14), e aos olhos da sociedade ela era vista como “a feliz esposa de um alto espírito, de um varão ilustre, e, se lhe tinham inveja, era a santa e nobre inveja dos admiradores”, (Assis, 1998: 19) ou então como “a esposa do novo Hipócrates, a musa da ciência, anjo, divina, aurora, caridade, vida, consolação; trazia nos olhos duas estrelas segundo a versão modesta de Crispim Soares e dois sóis no conceito de um vereador” (Assis, 1998: 49).

D. Evarista corporifica o modelo da mulher obediente, submissa, que não tem voz social, é por isso que falam por ela. A ilustre dama não tem noção de sua própria identidade, simplesmente segue o “script” esperado por uma esposa do século XIX, um papel estereotipado, arquivado e cristalizado na memória social.

Quando o marido consente que ela vá para o Rio de Janeiro, verifica-se uma série de detalhes que marcam a submissão feminina:

Mas um dardo atravessou o coração de D. Evarista. Conteve-se, entretanto; limitou-se a dizer ao marido que, se ele não ia, ela não iria também, porque não havia de meter-se sozinha pelas estradas.

- Irá com sua tia, redargüiu o alienista.



Note-se que D. Evarista tinha pensado niss

voltam-se para um jogo de manipulação por sedução, em que D. Evarista, ao se colocar na posição da parte mais frágil, tem a expectativa de ser acolhida por uma esfera protetora, tanto é que acata facilmente a decisão do marido ao curvar a cabeça, obediente e chorosa.

A dama aparece, na maioria das vezes, por meio do discurso indireto, ou seja, ela raramente projeta sua voz, considerando que seu marido pouco lhe dava chance para um diálogo, visto que só tinha olhos para a ciência. É o que podemos comprovar na seguinte passagem: “Mal dormia e mal comia; e, ainda comendo, era como se trabalhasse, porque ora interrogava um texto antigo, ora ruminava uma questão, e ia muitas vezes de um cabo a outro do jantar sem dizer uma só palavra a D. Evarista” (Assis, 1998: 25).

É o enunciador que toma a palavra de D. Evarista e reproduz indiretamente o que ela não ousa dizer:

A ilustre dama, no fim de dois meses, achou-se a mais desgraçada das mulheres; caiu em profunda melancolia, ficou amarela, magra, comia pouco e suspirava a cada canto. Não ousava fazer-lhe nenhuma queixa ou reproche, porque respeitava nele o seu marido e senhor, mas padecia calada, e definhava a olhos vistos. Um dia, ao jantar, como lhe perguntasse o marido o que é que tinha, respondeu tristemente que nada; depois atreveu-se um pouco, e foi ao ponto de dizer que se considerava tão viúva como dantes (Assis, 1998: 26).

Podemos dizer que o silêncio de D. Evarista também fala, ou melhor, seu silêncio também produz sentido, ao denunciar as condições sociais do ethos feminino da época, que tem um corpo, mas não tem uma voz.

A maior prova de que Simão Bacamarte exercia sua autoridade marital foi a detenção de D. Evarista na Casa Verde. Quando o padre Lopes o interroga discretamente acerca do fato, ele responde:

- Já há algum tempo que eu desconfiava, disse gravemente o marido. A modéstia com que ela vivera em ambos os matrimônios não podia conciliar-se com o furor das sedas, veludos, rendas e pedras preciosas que manifestou logo que voltou do Rio de Janeiro. Desde então comecei a observá-la. Suas conversas eram todas sobre esses objetos; se eu lhe falava das antigas cortes, inquiria logo da forma dos vestidos das damas; se uma senhora a visitava na minha ausência, antes de me dizer o objeto da visita, descrevia-me o traje, aprovando umas coisas e censurando outras. (...) Tudo isto eram sintomas graves; esta noite, porém, declarou-se a total demência. Tinha escolhido, preparado, enfeitado o vestuário que levaria ao baile da Câmara Municipal; só hesitava entre um colar de granada e outro de safira. Anteontem perguntou-me qual deles levaria; respondi-lhe que um ou outro lhe ficava bem. Ontem repetiu a pergunta ao almoço; pouco depois de jantar fui achá-la calada e pensativa. “Que tem?” – perguntei-lhe. “Queria levar o colar de granada, mas acho o de safira tão bonito!” – “Pois leve o de safira.” – “Ah! mas onde fica o de granada?” Enfim, passou a tarde sem novidade. Ceamos, e deitamo-nos. Alta noite, seria hora e meia, acordo e não a vejo; levanto-me, vou ao quarto de vestir, acho-a diante dos dois colares, ensaiando-os ao espelho, ora um, ora outro. Era evidente a demência; recolhi-a logo” (Assis, 1998: 82-83).

A vaidade oriunda de uma vida ociosa configura-se como um sintoma de demência para o marido alienista. A falta de uma ocupação voltada para um fim útil e o gasto de tempo com superficialidades para sustentar a imagem da “feliz esposa de um alto espírito, de um varão ilustre” (Assis, 1998: 19), ou da “esposa do novo Hipócrates, a musa da ciência, anjo, divina, aurora, caridade, vida, consolação; trazia nos olhos duas estrelas segundo a versão modesta de Crispim Soares e dois sóis no conceito de um vereador” (Assis, 1998: 49), retratam o desejo imoderado de atrair admiração da sociedade de Itaguaí.

3. O ethos religioso é corporificado pelo padre Lopes. Verifica-se que o ethos religioso se coloca em divergência ao ethos científico, sendo, portanto, o seu anti-etos. De qualquer forma, a divergência entre a fé e a razão não chega a ser intensa, uma vez que o vigário não ousa contestar o posicionamento do alienista, nem este se mostra disposto a entrar em conflito com o representante da Igreja. Como vimos no primeiro capítulo:

Como fosse grande arabista, achou no Corão que Maomé declara veneráveis os doidos, pela consideração de que Alá lhes tira o juízo para que não pequem. A idéia pareceu-lhe bonita e profunda, e ele a fez gravar no frontispício da casa; mas, como tinha medo do vigário, e por tabela ao bispo, atribuiu o pensamento a Benedito VIII, merecendo com essa fraude, aliás pia, que o padre Lopes lhe contasse, ao almoço, a vida daquele pontífice eminente (Assis, 1998: 18).

É perceptível que Simão Bacamarte não quer se indispor com vigário, pois este é

titular de uma voz institucional forte na época, a

Ainda que Simão Bacamarte tenha lhe apresentado o extenso quadro patológico da esposa, como motivo suficiente para interná-la na Casa Verde, o vigário não se mostra convencido, mas não chega a entrar em divergência com o alienista:

O padre Lopes não se satisfaz com a resposta, mas não objetou nada. O alienista, porém, percebeu e explicou-lhe que o caso de D. Evarista era de ‘mania suntuária’, não incurável e em todo caso digno de estudo.

- Conto pô-la boa dentro de seis semanas, concluiu ele (Assis, 1998: 84).

Padre Lopes é um orador que tem credibilidade social pela força institucional da Igreja; porém, sua voz apresenta um discurso religioso sem solidez, sem argumentos convincentes, uma vez que ele era respeitado sem ser cobrado pelo uso da razão. Percebe-se a simplicidade de seu discurso no seguinte trecho: “- Olhe, D. Evarista, disse-lhe o padre Lopes, vigário do lugar, veja se seu marido dá um passeio ao Rio de Janeiro. Isso de estudar sempre, sempre, não é bom, vira o juízo” (Assis, 1998: 16). O vigário sente que Simão Bacamarte começa a tomar decisões abusivas, e sabe que os argumentos científicos têm a capacidade de convencer pelo uso da razão, e é exatamente isso que vira o juízo, por isso não é bom estudar sempre.

O vigário não está racionalmente preparado para convencer Simão Bacamarte em relação as suas convicções religiosas; tanto é verdade, que o poder do alienista prevalece, pois ele é qualificado e tem autoridade para falar sobre a loucura. Percebe-se que até o padre alimenta a autoridade do médico, uma vez que não ousa contestar o homem da

ciência e chega a questionar suas próprias convicções religiosas: “A ciência contentou-se em estender a mão à teologia – com tal segurança, que a teologia não soube enfim se devia crer em si ou na outra” (Assis, 1998: 36). Entre a fé e a razão, o ethos científico se sobrepõe ao ethos religioso.

Depois de várias pesquisas Simão Bacamarte recolhe a vila inteira de Itaguaí a Casa Verde, incluindo o padre Lopes, que também se torna um caso digno de estudo:

Sabendo o alienista que ele ignorava perfeitamente o hebraico e o grego, incumbiu-o de fazer uma análise crítica da versão dos Setenta; o padre aceitou a incumbência, e em boa hora o fez; ao cabo de dois meses possuía um livro e a liberdade (Assis, 1998: 98-99).

O médico descobre que a verdadeira doutrina era a que se devia admitir o desequilíbrio das faculdades mentais como algo normal. Simão Bacamarte testa o comportamento do vigário, que não entendia o hebraico e o grego, pedindo-lhe que fizesse uma análise crítica dos Setenta. Para entendermos o raciocínio do alienista é preciso esclarecer que os Setenta são uma referência aos setenta e dois sábios que elaboraram a tradução do Antigo Testamento, do hebreu para o grego; ou seja, o médico sabia que o padre não tinha condições de fazer uma análise crítica deste trabalho. O padre aceita a incumbência provando que não estava em seu equilíbrio perfeito, conseguindo sua liberdade.

4. Um outro tipo de ethos surge na obra, corporificado pelo boticário Crispim Soares, trata-se de um ethos tridimensional, um ethos bajulador, vaidoso e covarde. O boticário não só afirma, como também enaltece todos os dizeres do alienista. Destacamos abaixo um pequeno diálogo entre os dois:

O principal nesta minha obra da Casa Verde é estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhe os casos, descobrir enfim a causa do fenómeno e o remédio universal. Este é o mistério do meu coração. Creio que com isto presto um bom serviço à humanidade.

- Um excelente serviço, corrigiu o boticário.

- Sem este asilo, continuou o alienista, pouco poderia fazer; ele dá-me, porém, muito maior campo aos meus estudos.

- Muito maior, acrescentou o outro (Assis, 1998: 20).

O discurso do boticário coopera com a preservação do sistema de classes, uma vez que converge para o discurso que o alienista profere ao repetir fragmentos de sua fala com engrandecimento. Seu discurso é marcado pela reiteração adulatora. A voz de Crispim Soares se expressa coesivamente por meio da estratégia da manutenção e progressão temática, de forma que ele retoma referentes do discurso do médico e acrescenta superlativos, transformando o sentido do discurso científico em discurso bajulador, ou seja, os adjetivos usados pelo médico indicam qualidades que são retomadas pelo boticário em grau mais elevado. Esta passagem nos remete ao princípio do conhecimento partilhado,



visto no primeiro capítulo, em que se observa o quanto a estrutura informacional do texto se constrói diante de elementos dados e elementos novos. Retomamos as palavras de Koch (2000):

É com base na informação dada, responsável pela locação do que vai ser dito no espaço cognitivo do interlocutor, que se introduz a informação nova, que tem por função introduzir nele novas predicções a respeito de determinados referentes, com o objetivo de ampliar e/ou reformular os conhecimentos já estocados a respeito deles (p. 31).

Crispim Soares, com base na informação dada pelo alienista, introduz uma informação nova, por meio dos superlativos, que acabam por inserir novas predicções a respeito dos referentes utilizados pelo médico, reformulando o sentido do discurso científico em discurso bajulador.

A bajulação do boticário se justifica pela vaidade de ser considerado como uma pessoa íntima do Dr. Simão Bacamarte. O reconhecimento social de que ele mantinha amizade com uma autoridade local, tornava-o alvo de atenção:

Você, que é íntimo dele, não nos podia dizer o que há, o que houve, que motivo...

Crispim Soares derretia-se todo. Esse interrogar da gente inquieta e curiosa, dos amigos atônitos, era para ele uma consagração pública. Não havia duvidar; toda a povoação sabia enfim que o privado do alienista era ele, Crispim, o boticário, o colaborador do grande homem e das grandes coisas; daí a corrida à botica (Assis, 1998: 42).

Crispim Soares reconhecia que era um bajulador, que não tinha coragem de dizer “não” ao alienista. Exemplo disso é que o boticário amava sua mulher e durante trinta anos nunca estiveram separados, mas, a pedido do Dr. Simão Bacamarte, Crispim consentiu que sua esposa fizesse companhia a D. Evarista numa viagem ao Rio de Janeiro. Após a partida das esposas, segue-se a descrição comparativa entre o médico e o boticário:

E partiu a comitiva. Crispim Soares, ao tornar a casa, trazia os olhos entre as duas orelhas da besta ruana em que vinha montado; Simão Bacamarte alongava os seus pelo horizonte adiante, deixando ao cavalo a responsabilidade do regresso. Imagem vivaz do gênio e do vulgo! Um fita o presente, com todas as suas lágrimas e saudades, outro devassa o futuro com todas as suas auroras (Assis, 1998: 29-30).

Simão Bacamarte era um homem de ciência, um homem racional demais para sentir a falta da esposa; o boticário, ao contrário, sentia a ausência da esposa, mas não ousava entrar em divergência com o alienista. Num dado momento, em um dos seus monólogos, ele entra em conflito em seu diálogo interno:

-‘Anda, bem feito, quem te mandou consentir na viagem de Cesária? Bajulador, torpe bajulador! Só para adular ao Dr. Simão Bacamarte. Pois agora agüenta-te; anda, agüenta-te, alma de lacaio, fracalhão, vil, miserável. Dizes amém a tudo, não é? Aí tens o lucro, biltre!’ – E muitos outros nomes feios, que um homem não deve dizer aos outros, quanto mais a si mesmo (Assis, 1998: 32).

Para Bakhtin (apud Barros e Fiorin, 1999): “O próprio monólogo é dialogizado” (p.63), ou seja, há sempre a presença do “outro” no discurso, de forma que o “eu” pode assumir tanto a fala do “eu” como a fala do “tu”. Isto significa que o “eu” pode ser ao mesmo tempo o enunciador e o enunciatário.

Mas esta não foi a única angústia do boticário; a amizade com o alienista ainda lhe renderia um conflito muito maior, que finalmente revelaria seu lado covarde. Ao pressentir a prisão do alienista, Crispim Soares se desespera: “Com efeito, a tortura moral do boticário naqueles dias de revolução excede a toda a descrição possível. Nunca um homem se achou em mais apertado lance: - a privança do alienista chamava-o ao lado deste, a vitória do barbeiro atraía-o ao barbeiro” (Assis, 1998: 71). O boticário não sabia se apoiava o antigo e reconhecido amigo alienista, ou o seu adversário, o barbeiro, que ganhava cada vez mais espaço e autoridade em Itaguaí. A primeira saída foi adoecer: “declarou-se doente e meteu-se na cama” (Assis, 1998: 72) e a segunda foi apresentar os seus protestos de adesão ao barbeiro.

Num outro episódio, em que sua esposa Cesária é recolhida a Casa Verde, Simão Bacamarte lhe faz a seguinte proposta:

- O senhor trabalhará durante o dia na botica, mas almoçará e jantará com sua mulher, e cá passará as noites, e os domingos e dias santos.

A proposta colocou o pobre boticário na situação de asno de Buridan. Queria viver com a mulher, mas temia voltar à Casa Verde; e nessa luta esteve algum tempo, até que D. Evarista o tirou da dificuldade, prometendo que se incumbiria de ver a amiga e transmitiria os recados de

um para outro. Crispim Soares beijou-lhe as mãos agradecido. Este último rasgo de egoísmo pusilânime pareceu sublime ao alienista (Assis, 1998: 91-92).

O alienista conhecia as fraquezas do boticário, por isso arquitetou uma situação que o colocaria na posição de asno de Buridan. Jean Buridan, filósofo francês do século XIV, criou o sofisma em que um asno morre de sede e de fome por não conseguir se decidir entre a água e a aveia colocadas à frente dele. Na escolha entre estar com a esposa e estar em liberdade, Crispim Soares confirma mais uma vez seu lado covarde. A ironia do enunciador (narrador) se torna evidente com o jogo das seguintes palavras: egoísmo, pusilânime e sublime. A postura do boticário que não consegue lidar com a perspicácia do alienista, reflete sua falta de firmeza e de decisão, posto que foi D. Evarista que o tirou da dificuldade. A expressão egoísmo pusilânime contrasta com a palavra sublime, pois as atitudes do boticário não são nobres, elevadas e admiráveis.

5. O barbeiro Porfírio, corporifica um ethos de caráter dual, que o próprio alienista o identifica como dois lindos casos: “Eis aí dois lindos casos de doença cerebral. Os sintomas de duplicidade e descaramento deste barbeiro são positivos” (Assis, 1998: 76).

O enunciador apresenta Porfírio projetando a imagem de um cidadão honesto, digno, incorruptível:

essa é uma das laudas mais puras desta sombria história -, note-se que o Porfírio, desde que a Casa Verde começara a povoar-se tão extraordinariamente, viu crescerem-lhe os lucros pela aplicação assídua de

sanguessugas que dali lhe pediam; mas o interesse particular, dizia ele, deve ceder ao interesse público. E acrescentava: - é preciso derrubar o tirano! (Assis, 1998: 54).

O barbeiro Porfírio, ainda que sem prestígio social, surge como o único ethos forte o bastante para discutir e limitar as ações abusivas do alienista. Na verdade, ele se torna um líder, pela coragem de verbalizar publicamente o que muitos reprimiam. Podemos exemplificar a reação dos itaguaienses diante do comportamento do dr. Simão Bacamarte:

O alienista dizia que só eram admitidos os casos patológicos, mas pouca gente lhe dava crédito. Sucediavam-se as versões populares. Vingança, cobiça de dinheiro, castigo de Deus, monomania do próprio médico, plano secreto do Rio de Janeiro com o fim de destruir em Itaguaí qualquer germe de prosperidade que viesse a brotar, arvorecer, florir, com desdouro e minguagem daquela cidade, mil outras explicações, que não explicavam nada, tal era o produto diário da imaginação pública (Assis, 1998: 46).

Até que os comentários se tornam mais hostis, ainda que não sejam ditos diretamente ao alienista. Reproduzimos o discurso velado da sociedade itaguaiense contra o Dr. Simão Bacamarte:

- Devemos acabar com isto!
- Não pode continuar!
- Abaixo a tirania!

- Déspota! violento! Golias!

Não eram gritos na rua, eram suspiros em casa, mas não tardava a hora dos gritos (Assis, 1998: 53).

Surge, então, alguém que se propõe a levantar a bandeira da rebelião, a desnudar as paixões mais íntimas do alienista, e a destruir a Casa Verde: o barbeiro Porfírio. Citamos abaixo um diálogo que revela a insubmissão do barbeiro diante do alienista:

- Não pedimos nada, replicou fremente o barbeiro; ordenamos que a Casa Verde seja demolida, ou pelo menos despojada dos infelizes que lá estão.

- Não entendo.

- Entendeis bem, tirano; queremos dar liberdade às vítimas do vosso ódio, capricho, ganância... (Assis, 1998: 62)

A escolha da profissão de barbeiro para fazer frente ao alienista é funcional, pois o barbeiro utiliza instrumentos cortantes, como a tesoura e a navalha, para desempenhar sua função. O barbeiro faz uso de um discurso crítico, contundente e bem afiado, com o intuito de “cortar” os abusos do Dr. Simão Bacamarte. Verifica-se, ainda, a projeção da identidade do barbeiro por meio da figurativização de seu instrumento de trabalho: “Este ia na frente, empunhando tão destramente a espada, como se ela fosse apenas uma navalha um pouco mais comprida” (Assis, 1998: 66). Na verdade, o barbeiro corporifica o único ethos corajoso, capaz de abalar os alicerces do socialmente instituído.

No entanto, a oportunidade fez com que o barbeiro Porfírio mudasse; não o seu discurso de defesa pelo bem social, mas a sua intencionalidade. Quando ele próprio se enxerga como líder, capaz de não só convencer, mas também de persuadir a multidão a agir como ele esperava, Porfírio se corrompe no sistema. Começa, então, a usar seu discurso não para defender, mas para manipular - ou melhor, o barbeiro usa seu discurso, não mais para defender o interesse público, como pregava, mas sim para defender seu interesse particular, conforme revela o trecho:

Foi nesse momento decisivo que o barbeiro sentiu despontar em si a ambição do governo; pareceu-lhe então que, demolindo a Casa Verde e derrocando a influência do alienista, chegaria a apoderar-se da Câmara, dominar as demais autoridades e constituir-se senhor de Itaguaí. Desde alguns anos que ele forcejava por ver o seu nome incluído nos pelouros para o sorteio dos vereadores, mas era recusado por não ter uma posição compatível com tão grande cargo. A ocasião era agora ou nunca. Demais fora tão longe na arruaça, que a derrota seria a prisão, ou talvez a forca ou o degredo (Assis, 1998: 63 - 64).

Porfírio estava diante de uma grande oportunidade de conseguir o que queria; seria preciso apenas enxergar a rebelião como um movimento estratégico para seu nome chegar à Câmara. Ao alcançar seu objetivo, o barbeiro se denomina protetor de Itaguaí e faz a seguinte proclamação ao povo:

Itaguaienses!

‘Uma Câmara corrupta e violenta conspirava contra os interesses de Sua Majestade e do povo. A opinião pública tinha-a condenado; um punhado de cidadãos, fortemente apoiados pelos bravos dragões de Sua Majestade, acaba de a dissolver ignominiosamente, e por unânime consenso da vila, foi-me confiado o mando supremo, até que Sua Majestade se sirva ordenar o que parecer melhor ao seu real serviço. Itaguaienses! Não vos peço senão que me rodeeis de confiança, que me auxiliéis em restaurar a paz e a fazenda pública, tão desbaratada pela Câmara que ora findou às vossas mãos. Contai com o meu sacrifício, e ficai certos de que a Coroa será por nós.

O Protetor da vila em nome de Sua Majestade e do povo

PORFÍRIO CAETANO DAS NEVES (Assis, 1998: 68 - 69)

Quando o barbeiro assume o governo da vila e faz uma proclamação ao povo é que seu nome aparece inteiro e em letras maiúsculas, para mostrar sua projeção social. A consciência ideológica de Porfírio se manifesta na mudança de representação do signo; sua

7Np7up7(4QçãBN47inat]Wó, LN(W pel) 4u7 Ap)(Nle, B)U7upç(4kcfkOaU4-7çpv())fUv(,)çb)(kkbB7U4-7çpN(ã)(N)B7npç)



discurso falseadamente voltado para o bem comum. Analisando, agora, Porfírio Caetano das Neves, percebemos que chega à inversão plena de sua primeira imagem ao querer se aliar ao alienista, como exemplifica a seguinte passagem:

O povo, (...) pode exigir do governo certa ordem de atos; mas este, com a responsabilidade que lhe incumbe, não os deve praticar, ao menos integralmente, e tal é a nossa situação. A generosa revolução que ontem derrubou uma Câmara vilipendiada e corrupta pediu em altos brados o arrasamento da Casa Verde; mas pode entrar no ânimo do governo eliminar a loucura? Não. E se o governo não a pode eliminar, está ao menos apto para discriminá-la, reconhecê-la? Também não; é matéria de ciência. Logo, em assunto tão melindroso, o governo não pode, não quer dispensar o concurso de Vossa Senhoria. O que lhe pede é que de certa maneira demos alguma satisfação ao povo. Unamo-nos, e o povo saberá obedecer (Assis, 1998: 75).

A aliança entre a ciência e a política é o foco de Porfírio Caetano das Neves; porém, este foco não é atingido. Dr. Simão Bacamarte, após a tentativa de derrubarem a Casa Verde, “essa Bastilha da razão humana”, restaura seu poder com mais força ainda, reafirmando a supremacia da Ciência. E assim, “o barbeiro achou preferível a glória obscura da navalha e da tesoura às calamidades brilhantes do poder” (Assis, 1998: 87).

Vale retomarmos alguns princípios constitutivos do texto, como o conhecimento de mundo e o conhecimento partilhado, para que se estabeleça sentido. Para que o autor,

é preciso que o leitor tenha um conhecimento prévio, uma saber sobre a história da Revolução Francesa. Sendo assim, o leitor, ao retomar em sua memória discursiva a queda da Bastilha, símbolo de poder da monarquia vigente, consegue estabelecer uma relação com a Casa Verde. Nota-se desta maneira, que o autor fez uma ancoragem textual, em que ele parte de um saber dado, conhecido por todos, para acrescentar algo novo, dentro de um outro contexto, e que transforma todo o sentido.

6. À Câmara é conferido o poder de legislar; verifica-se, portanto, a existência de um ethos coletivo a representar uma instituição governamental. É a “vereança” que corporifica o ethos coletivo e revela a voz do discurso jurídico. Em nossa memória discursiva está arquivada a lembrança da linguagem jurídica, sistematizada em artigos, incisos, parágrafos e alíneas. Simão Bacamarte também segue as formalidades do discurso jurídico para se dirigir à Câmara, como se verifica na seguinte passagem:

De fato o alienista oficiara à Câmara expondo: - 1º, que verificara das estatísticas da vila e da Casa Verde que quatro quintos da população estavam aposentados naquele estabelecimento; 2º, que esta deslocação de população levava-o a examinar os fundamentos da sua teoria das moléstias cerebrais, teoria que excluía da razão todos os casos em que o equilíbrio das faculdades não fosse perfeito e absoluto; 3º, que, desse exame e do fato estatístico, resultara para ele a convicção de que a verdadeira doutrina não era aquela, mas a oposta, e, portanto, que se devia admitir como normal e exemplar o desequilíbrio das faculdades e como hipóteses

patológicas todos os usos em que aquele equilíbrio fosse ininterrupto; 4º, que à vista disso declarava à Câmara que ia dar liberdade aos reclusos da Casa Verde e agasalhar nela as pessoas que se achassem nas condições agora expostas; 5º, que, tratando de descobrir a verdade científica, não se pouparia a esforços de toda a natureza, esperando da Câmara igual dedicação; 6º, que restituía à Câmara e aos particulares a soma do estipêndio recebido para alojamento dos supostos loucos, descontada a parte efetivamente gasta com a alimentação, roupa, etc.; o que a Câmara mandaria verificar nos livros e arcas da Casa Verde (Assis, 1998: 85-86).

A comunicação entre autoridades e órgãos públicos é estabelecida por meio do ofício, modelo epistolar formal, em que o dr. Simão Bacamarte expõe os resultados de sua pesquisa, devidamente fundamentados por dados estatísticos; enumera os passos que o levaram a adotar uma nova teoria; e, solicita um parecer da Câmara. Esta, por sua vez, responde ao ofício do médico, momento em que o enunciador desnuda a “vereança” ao denunciar as condições de produção de cada cláusula, bem como a durabilidade da norma vigente e a conveniência da eficácia da lei, como ilustra o trecho abaixo:

a Câmara, que respondera ao ofício de Simão Bacamarte com a ressalva de que oportunamente estatuiria em relação ao final do § 4º, tratou enfim de legislar sobre ele. Foi adotada sem debate uma postura, autorizando o alienista a agasalhar na Casa Verde as pessoas que se achassem no gozo do perfeito equilíbrio das faculdades mentais. E porque a experiência da

Câmara tivesse sido dolorosa, estabeleceu ela a cláusula de que a autorização era provisória, limitada a um ano, para o fim de ser experimentada a nova teoria psicológica, podendo a Câmara, antes mesmo daquele prazo, mandar fechar a Casa Verde, se a isso fosse aconselhada por motivos de ordem pública. O vereador Freitas propôs também a declaração de que, em nenhum caso, fossem os vereadores recolhidos ao asilo dos alienados: cláusula que foi aceita, votada e incluída na postura apesar das reclamações do vereador Galvão (Assis, 1998: 89).

A elaboração do parágrafo 4<sup>o</sup>, representado no texto pelo símbolo §, manifesta a formalidade de um discurso construído sem um comprometimento ético para com a população. A preocupação com a forma lingüística de expor a lei não condiz com o descaso dos representantes governamentais pelo interesse coletivo, sendo as cláusulas estruturadas de acordo com a conveniência dos vereadores. Em suma, expressão e conteúdo não se vinculam com coerência ideológica - exceto o vereador Galvão que, no perfeito equilíbrio das faculdades mentais, reconheceu o caráter abusivo da lei e protestou. Porém, como o Dr. Simão Bacamarte descobriu que a verdadeira doutrina era admitir o desequilíbrio das faculdades mentais como o padrão normal, a vereança tratou de entregar o vereador Galvão à Casa Verde:

Simão Bacamarte (...) quanto à exclusão dos vereadores, declarou que teria profundo sentimento se fosse compelido a recolhê-los à Casa Verde; a cláusula, porém, era a melhor prova de que eles não padeciam do perfeito equilíbrio das faculdades mentais. Não acontecia o mesmo ao vereador Galvão, cujo acerto na objeção feita, e cuja moderação na

resposta dada às invectivas dos colegas mostravam da parte dele um cérebro bem organizado; pelo que rogava à Câmara que lho entregasse. A Câmara, sentindo-se ainda agravada pelo proceder do vereador Galvão, estimou o pedido do alienista e votou unanimemente a entrega (Assis, 1998: 90).

O ethos coletivo, corporificado pelos vereadores, em “O Alienista”, projeta uma identidade egoísta, covarde e em descompasso com os ideais que visam ao bem comum.

7. O ethos acadêmico é corporificado por um jovem não nomeado, considerado louco e, por isso mesmo, levado à Casa Verde:

um rapaz bronco e vilão, que todos os dias, depois do almoço, fazia regularmente um discurso acadêmico, ornado de tropos, de antíteses, de apóstrofes, com seus recamos de grego e latim, e suas borlas de Cícero, Apuleio e Tertuliano. O vigário não queria acabar de crer. Quê! Um rapaz que ele vira, três meses antes, jogando peteca na rua! (Assis, 1998: 21)

A quantidade de ornamentos e a preocupação em citar nomes de autores latinos famosos é que constrói a perspectiva de um ethos acadêmico doentio, escravizado à formação ideológica erudita, elitista. Contudo, este não é o único caso em que Machado de Assis critica a arte de bem falar; ou na voz do alienista, “a retórica permitia tais arrojados sem significação” (Assis, 1998: 49). Temos, também, o exemplo de Martim Brito, jovem que “dava para o épico. Uma vez, por exemplo, compôs uma ode à queda do Marquês de

Pombal, em que dizia que esse ministro era o ‘dragão aspérrimo do Nada’ esmagado pelas ‘garras vingadoras do Todo’; e assim outras mais ou menos fora do comum; gostava das idéias sublimes e raras, das imagens grandes e nobres...” (Assis, 1998: 51). Martim Brito era um dos oradores a corporificar a volúpia discursiva. Na passagem a seguir reproduzimos o discurso que o colocou na Casa Verde:

Um dos oradores, por exemplo, Martim Brito, rapaz de vinte e cinco anos, pintalegrete acabado, curtido de namoros e aventuras, declamou um discurso em que o nascimento de D. Evarista era explicado pelo mais singular dos reptos. ‘Deus, disse ele, depois de dar o universo ao homem e à mulher, esse diamante e essa pérola da coroa divina (e o orador arrastava triunfalmente esta frase de uma ponta a outra da mesa), Deus quis vencer a Deus, e criou D. Evarista’ (Assis, 1998: 50).

Procuramos demonstrar que o emprego de palavras não usuais, o rebuscamento discursivo e o excesso de figuras de linguagem não prejudica o entendimento do leitor; ao contrário, pelo princípio da inferência percebe-se o efeito de um discurso vazio e inconsistente, alimentado apenas pela vaidade do orador. Simão Bacamarte, médico e esposo, não perde a oportunidade de comentar e anal

relativa ao nascimento de D. Evarista ou tê-la-ia encontrado em algum autor que?... Não, senhor; era dele mesmo; achou-a naquela ocasião e pareceu-lhe adequada a um arroubo oratório. (...)

Pobre moço! Pensou o alienista. E continuou consigo: Trata-se de um caso de lesão cerebral, fenômeno sem gravidade, mas digno de estudo...

D. Evarista ficou estupefata quando soube, três dias depois, que o Martim Brito fora alojado na Casa Verde (Assis, 1998: 51-52).

O alienista questiona a autoria do texto como se Martim Brito ainda tivesse uma chance de não ser considerado louco, mas a sua vaidade o faz assumir suas próprias palavras, e, conseqüentemente, o seu destino. Por fim, citamos o último discurso de Martim Brito, em que este aprende a alimentar a vaidade do médico, após a permissão para que ele pudesse sair da Casa Verde: “em honra do insigne médico – ‘cujo altíssimo gênio, elevando as asas muito acima do sol, deixou abaixo de si todos os demais espíritos da Terra” (Assis, 1998: 89).

Verifica-se que, por mais que o personagem Martim Brito tenha sido considerado louco e penalizado ao ser levado à Casa Verde, ele não perde sua identidade. Seu ethos retórico se mantém, entendendo a retórica no seu sentido pejorativo, de discurso vazio.

8. Por fim, consideramos o ethos irônico do enunciador, sem corpo, que não se mostra, mas com uma voz mestra que ordena todo o processo de enunciação e produz o discurso literário. Ele aparece retomando as crônicas de Itaguaí, e, a partir de então, narra com suas próprias palavras os acontecimentos da pequena cidade. Em outras palavras, o enunciador, a partir de seu conhecimento de mundo e do conhecimento específico das crônicas de Itaguaí, produz sua própria microestrutura.

A ironia se caracteriza pelo fato de que o enunciado diz algo, mas o efeito da enunciação diz o inverso. Este efeito da enunciação é produzido pelo enunciador, ou seja, a ironia se revela no processo de tessitura do texto, conforme o trecho:

Simão Bacamarte explicou-lhe que D. Evarista reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digerira com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso, e excelente vista; estava assim apta para dar-lhes filhos robustos, são e inteligentes. (...)

D. Evarista mentiu às esperanças do Dr. Simão Bacamarte, não lhe deu filhos robustos nem mofinos. A índole natural da ciência é a longanimidade; o nosso médico esperou três anos, depois quatro, depois cinco. Ao cabo desse tempo fez um estudo profundo da matéria, releu todos os escritores árabes e outros, que trouxera para Itaguaí, enviou consultas às universidades italianas e alemãs, e acabou por aconselhar à mulher um régimen alimentício especial. A ilustre dama, nutrida exclusivamente com a bela carne de porco de Itaguaí, não atendeu às admoestações do esposo; e à sua resistência – explicável, mas inqualificável – devemos a total extinção da dinastia dos Bacamartes (Assis, 1998: p.14 - 15).



Nota-se que, primeiramente se apresenta a voz do Dr. Simão Bacamarte, com seu olhar científico, que reconhece em D. Evarista, sua esposa, uma geradora apta para lhe dar filhos; porém, no parágrafo seguinte, o enunciador inverte a perspectiva do alienista, e a expectativa do leitor, ao dizer que D. Evarista havia mentido às esperanças do Dr. Simão Bacamarte. A ironia surge entre a mentalidade do alienista e a realidade oposta que se apresenta, ou seja, o enunciador expressa exatamente o contrário daquilo que o discurso científico procura defender.

Dentre tantas passagens irônicas, reproduzimos uma em que os dois barbeiros, Porfírio e João Pina, são absolvidos pela vila de Itaguaí:

O barbeiro Porfírio, ensinado pelos acontecimentos, tendo “provado tudo”, como o poeta disse de Napoleão, e mais alguma coisa, porque Napoleão não provou a Casa Verde, o barbeiro achou preferível a glória obscura da navalha e da tesoura às calamidades brilhantes do poder; foi, é certo, processado; mas a população da vila implorou a clemência de Sua Majestade; daí o perdão. João Pina foi absolvido, atendendo-se a que ele derrocara um rebelde. Os cronistas pensam que deste fato é que nasceu o nosso adágio: ladrão que furta ladrão tem cem anos de perdão – adágio imoral, é verdade, mas grandemente útil (Assis, 1998: 87).

Mais uma vez percebemos o movimento da construção da ironia, em que o enunciado diz algo, mas a enunciação diz o contrário. O enunciador diz que o barbeiro Porfírio havia “provado tudo”, como foi dito de Napoleão; porém, Napoleão não provou a Casa Verde; ou

seja, Napoleão não provou tudo. Não provar a Casa Verde significa não ter presenciado o maior de todos os absurdos do convívio social, em que se observa o comportamento imoral de sujeitos ideológicos transgredindo as ideologias dos outros.

A crítica com humor também aparece nos métodos terapêuticos aplicados pelo dr. Simão Bacamarte para curar seus doentes, como se verifica a seguir:

Era a vez da terapêutica. Simão Bacamarte, ativo e sagaz em descobrir enfermos, excedeu-se ainda na diligência e penetração com que principiou a tratá-los. Neste ponto todos os cronistas estão de pleno acordo: o ilustre alienista fez curas pasmosas, que excitaram a mais viva admiração em Itaguaí.

(...) Simão Bacamarte cuidou em atacar de frente a qualidade predominante. Suponhamos um modesto. Ele aplicava a medicação que pudesse incutir-lhe o sentimento oposto; e não ia logo às doses máximas – graduava-as, conforme o estado, a idade, o temperamento, a posição social do enfermo. (...)

Tal era o sistema. Imagina-se o resto. Cada beleza moral ou mental era atacada no ponto em que a perfeição parecia mais sólida; e o efeito era certo. Nem sempre era certo. Casos houve em que a qualidade predominante resistia a tudo; então, o alienista atacava outra parte, aplicando à terapêutica o método da estratégia militar, que toma uma fortaleza por um ponto, se por outro o não pode conseguir (Assis, 1998: 96-98).

Neste processo curativo o enunciador apresenta, com sarcasmo, a perversidade da terapêutica do alienista. Espera-se que a prática curativa traga sempre alívio para o enfermo; porém, os métodos de Simão Bacamarte não se mostram suaves. O efeito era certo, pois os doentes certamente mudavam, mas nem sempre era certo, porque a crueldade com que ele tratava dos doentes, na verdade, desestimulava a manifestação de qualquer virtude. Não é a toa que um vereador dissidente faz a seguinte reflexão: “- Nada tenho a ver com a ciência; mas se tantos homens em quem supomos juízo são reclusos por dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista?” (Assis, 1998: 58).

Podemos dizer que o verdadeiro médico é o enunciador, que não está participando deste sistema, e que, portanto, não está sujeito ao jogo de interesses. O enunciador examina toda a cidade de Itaguaí com lucidez, como um cientista que observa seu objeto de estudo por meio do microscópio.

Em vista disso, podemos entender que as várias identidades existentes na obra “O Alienista”, de Machado de Assis, corporificam personagens que veiculam ideologias diferentes e reproduzem discursos diferentes, e são classificadas, aos olhos do alienista, em diversos graus de loucura. Adotando-se uma visão macroscópica, podemos considerar o enunciador como uma voz não corporificada em personagem, mas que ordena todo o percurso discursivo da obra. Entendemos que esta voz é a responsável pela estruturação e encadeamento dos discursos.

Nosso próximo passo é analisar os princípios que esta voz organizadora segue para apresentar as personagens e estruturar o diálogo entre as mesmas, promovendo a tessitura do texto.

## Capítulo IV – Polifonia e Interdiscursividade: Mosaico de loucos

“A loucura, objeto dos meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente.”

(Assis, 1998: 33)

### 4.1. Polifonia

Acompanhando o discurso acadêmico, retomamos o termo polifonia desde a sua origem. Entre os gregos antigos, *polyphonia*, (Cunha, 1986: 619) era um termo musical usado para denotar a reunião de vozes ou instrumentos. Com o tempo, o termo foi abrigando historicamente novos sentidos.

Na Idade Média, período em que a Igreja Católica era a principal força política do Ocidente, a música se apresentava com uma tessitura do tipo monofônica. Durante o papado de Gregório, o Grande, buscava-se unificar o canto da Igreja em melodias unitárias, que ficaram conhecidas pela denominação de “canto chão” ou “canto gregoriano”. Nota-se que a supremacia da formação ideológica da Igreja se refletia por meio da música monofônica, que se estruturava por meio de uma única linha melódica, ou seja, a voz da Igreja era a única a se manifestar, até mesmo sem o acompanhamento de instrumento musical, pois o seu uso era considerado profano.

Porém, com a ascensão da burguesia, a voz do poder eclesiástico começa a dialogar com a voz da nova classe social, de forma que se torna muito mais interessante e apreciável se, musicalmente, uma outra voz surgisse em resposta à voz principal, e vice-versa.

Verifica-se que a música começa a sofrer transformações com o surgimento de várias linhas melódicas interdependentes, que se ajustam simultaneamente de forma harmônica. Surge, então, a música polifônica, que se torna um marco na história da música, inaugurando uma nova noção de tempo métrico e, conseqüentemente, uma nova escrita musical. Para Bennett (1986): “As primeiras músicas polifônicas (com duas ou mais linhas melódicas tecidas conjuntamente) datam do século IX” (p.14), considerando que é a partir das transformações no contexto sócio-histórico - de desenvolvimento comercial e urbano -, que se percebe a mudança gradativa de tempo e ritmo musicais. Sendo assim, a Igreja reflete a qualidade heterogênea da música polifônica, enxergando a possibilidade de várias vozes e sentidos paradigmáticos coexistirem simultaneamente.

Da linguagem musical nos deslocamos para a linguagem literária, uma vez que o conceito de polifonia, foi aplicado às ciências da linguagem por Bakhtin (2002) que entendia que “tanto na música como no romance de Dostoiévski realiza-se a mesma lei da unidade que se realiza em nós mesmos, no “eu” humano: a lei da atividade racional” (p.20). A partir da análise do romance de Dostoiévski, Bakhtin verifica, nas palavras de Brait (1999):

um princípio de estruturação em que as idéias, os pensamentos, as palavras configuram um conjunto que se instaura através de várias vozes, ecoando cada uma de maneira diferente. Ele constata, também, que a intenção do escritor russo não é o conjunto das idéias como algo neutro e idêntico a si mesmo, mas a variação do tema em muitas e diferentes vozes, produzindo um polivocalismo, um heterovocalismo ( p.22).

Na verdade, Bakhtin observou que na obra de Dostoiévski ocorria um fenômeno em que diferentes vozes sociais se confrontavam, possibilitando perspectivas diferentes diante de um mesmo objeto. Surgia, então, a teoria da polifonia. Para Clark e Holquist (1998): “Dostoiévski é o outro de que Bakhtin mais necessitava para ser ele próprio” (p. 260); ou seja, é por meio do outro que Bakhtin marca sua presença no mundo.

Em seus estudos, o pensador russo considerou a voz de Marx, que defendia a noção do materialismo histórico, para edificar sua filosofia da linguagem, ou seja, a própria polifonia explica a polifonia e todo sujeito se explica por meio do outro. As relações de produção, analisadas por Marx, podiam ser aplicadas ao uso da palavra que também tem seu sentido produzido por meio de relações sociais, e de confrontos ideológicos. Vimos, no segundo capítulo, que o sujeito é um ser histórico, um ser datado ideologicamente. Por isso, é preciso analisar um discurso, considerando-o a partir da posição em que é proferido e de um determinado contexto sócio-histórico em que se insere. Não podemos nos esquecer de que “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (Bakhtin, 1995: 36), pois reagimos às palavras pelo valor ideológico que elas carregam e nos despertam. Vale lembrar que os valores ideológicos se transformam e se renovam ao longo do tempo.

Como o ser humano se constrói em sociedade, verifica-se que o sujeito ajusta seu discurso em resposta ao outro. Sempre haverá o outro, pois como lembra Discini (2005), Bakhtin considera que “um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear” (p.110). Dessa forma, nota-se que nascemos num mundo já discursivamente construído, somos domesticados para nos adaptarmos a ele, e nos construímos dialogicamente nele. Extraímos um trecho da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, em que Bakhtin (1995) apresenta as duas faces da palavra:

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte

Crispim Soares, o boticário, briga consigo mesmo em seu diálogo interno, de forma que ele se coloca no lugar do outro que o acusa, assumindo ao mesmo tempo a voz do “eu” e a voz do “outro”. Além disso, o seu monólogo é ouvido pelos fâmulos, ou seja, seus criados ouviam seu monólogo; ainda que Crispim Soares não tivesse a intenção de se dirigir ao outro exterior, havia o outro interior em seu monólogo que estava sendo pronunciado.

Conforme Maingueneau (apud Fiorin, 1997):

Todo enunciado de um discurso constitui-se em relação polêmica com o outro, o que quer dizer que rejeita um enunciado; atestado ou virtual, de seu Outro no espaço discursivo. Todo discurso tem um direito e um avesso e essas duas faces são indissociáveis (p. 232).

Instaura-se, então, a crise da unicidade do sujeito falante, em que o eu perde o seu centro, e se fragmenta em nós. O eu, cindido e partido, só se integra assumindo partes dos outros, as vozes dos outros. Lévi Strauss (apud Segolin, 1992), figurativiza bem esta sensação da descentralização do eu; que reproduzimos abaixo:

Nunca tive, e ainda não tenho, a percepção do sentimento da minha identidade pessoal. Apareço perante mim mesmo como o lugar onde há coisas que acontecem, mas não há o ‘Eu’, não há o ‘mim’. Cada um de nós é uma espécie de encruzilhada onde acontecem coisas. As encruzilhadas são puramente passivas; há algo que acontece nesse lugar. Outras coisas igualmente válidas acontecem noutros pontos. Não há opção: é uma questão de probabilidades (s/p).



Nesta perspectiva, em que o eu sente que perdeu o centro, ao mesmo tempo que tenta recuperá-lo, o discurso é caracterizado por uma natureza heterogênea, em que confluem vozes, às vezes, em convergência, às vezes, em divergência entre si. O termo heterogeneidade nasceu com Authier-Revuz, a partir do princípio dialógico bakhtiniano, ou seja, mais uma vez as vozes convergem na estruturação de uma teoria.

A multiplicidade de vozes habitam e constituem um sujeito em seu diálogo interno e, ao mesmo tempo, estruturam-se e projetam-se no diálogo externo. Se há exterior, esse exterior é construído no interior. Todo ser social carrega em sua memória discursiva vozes que o constituem. As vozes sociais que compõem um indivíduo caracterizam a heterogeneidade constitutiva, e as vozes que se projetam externamente caracterizam a heterogeneidade mostrada, que pode ser marcada ou não-marcada.

Para Discini (2002):

Segundo Authier, a heterogeneidade constitutiva, inerente a todo discurso, é natural; a mostrada, marcada ou não-marcada, é provocada. A primeira (constitutiva) é real, a segunda (mostrada), não menos real, representa os processos de constituição da primeira (p.12).

A heterogeneidade constitutiva se estabelece pelo princípio da imanência, fato que se evidencia em todo e qualquer discurso que, por sua vez, se manifesta por meio do texto. Já a heterogeneidade mostrada, pode ser analisada por meio de recursos lingüísticos (marcada), ou por meio de estratégias que se ocultam no processo de enunciação (não-marcada). Exemplificamos cada uma delas, a seguir:

– A caridade, Sr. Soares, entra decerto no meu procedimento, mas entra como tempero, como o sal das coisas, que é assim que interpreto o dito de S. Paulo aos Coríntios: ‘Se eu conhecer quanto se pode saber, e não tiver caridade, não sou nada’. O principal nesta minha obra da Casa Verde é estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhe os casos, descobrir enfim a causa do fenómeno e o remédio universal. Este é o mistério do meu coração. Creio que com isto presto um bom serviço à humanidade (Assis, 1998: 20).

O exemplo acima corresponde à heterogeneidade mostrada marcada pelo discurso direto, que faz uso de recursos gráficos, como o travessão para introduzir a fala fiel do locutor, com a intenção de criar o efeito de imparcialidade do narrador, e de uma cena que revive em tempo real, no aqui, agora; e o uso de aspas para fazer menção a fala do outro. Simão Bacamarte, em diálogo com o boticário, Crispim Soares, fala da caridade e, logo em seguida, insere uma outra voz que entra em convergência com seu ponto de vista; a voz de São Paulo aos Coríntios, um argumento de autoridade forte na cultura ocidental, já que tudo converge para o Cristianismo. Nota-se que há sempre um eu se dirigindo a um outro: o alienista se dirige ao boticário, em “O Alienista”; São Paulo se dirige aos Coríntios na Bíblia, e o enunciador-narrador se dirige ao leitor.

A heterogeneidade mostrada não-marcada, pode ser exemplificada quando a esposa do boticário é recolhida à Casa Verde e o alienista propõe ao marido que ele almoce e jante com a esposa, e também passe as noites, os domingos e dias santos com ela no hospício. A decisão do boticário é apresentada ao leitor por meio da ironia do enunciador:

A proposta colocou o pobre boticário na situação do asno de Buridan. Queria viver com a mulher, mas temia voltar à Casa Verde; e nessa luta esteve algum tempo, até que D. Evarista o tirou da dificuldade, prometendo que se incumbiria de ver a amiga e transmitia os recados de um para o outro. Crispim Soares beijou-lhes as mãos agradecido. Este último rasgo de egoísmo pusilânime pareceu sublime ao alienista (Assis, 1998: 92).

Neste exemplo, as vozes não são demarcadas por sinais gráficos e os recursos se revelam por meio do jogo da enunciação: a voz do enunciador, ao narrar o episódio, acrescenta a voz histórica de Buridan. Jean Buridan foi um filósofo francês do século XIV, que criou o sofisma em que um asno morre de sede e de fome por não conseguir se decidir entre a água e a aveia colocadas à frente dele. Esta informação aparece como uma voz explicativa na nota de rodapé; por isso, podemos entender que este enunciado, que se situa na parte inferior da página impressa, funciona, paralelamente à enunciação principal, como um gancho, produtor de sentido. Vale lembrar que no processo de leitura, o leitor é livre para decidir se vai ler ou não as notas, ou em que ordem ele vai ler as notas, ou as referências. O enunciador prossegue narrando de forma indireta a dúvida do boticário, bem como a entrada de D. Evarista que se propõe a ajudá-lo, sem que ele precise ficar na Casa Verde. Crispim Soares aceita e agradece a ajuda de imediato. Em seguida, o enunciador emite uma voz em divergência, uma voz irônica a denunciar e a criticar o gesto covarde do marido. Percebe-se, então, que a ironia se caracteriza por uma estratégia em que soam duas vozes em oposição, uma vez que o enunciado diz algo, mas a enunciação diz o inverso, subvertendo o sentido esperado.

Uma das marcas digitais de Machado de Assis é criar em suas obras um enunciador (narrador) que conversa com o leitor e explica a sua forma de estruturar a obra, recurso denominado metalinguagem, no qual por meio da linguagem, o enunciador explica a sua própria linguagem; ou seja, o enunciador assume uma voz explicativa em relação a estruturação da obra, guiando o leitor no processo de produção de sentido. O enunciador se revela por meio do pronome oblíquo *me*, o que configura a existência de um ser fictício que fala, que narra a história em primeira pessoa; porém não está figurativizado ou “corporificado” como um personagem que participa da história, como exemplifica o trecho a seguir:

O desfecho deste episódio da crônica itaguaiense é de tal ordem, e tão inesperado, que merecia nada menos de dez capítulos de exposição; mas contento-me com um, que será o remate da narrativa, e um dos mais belos exemplos de convicção científica e abnegação humana (Assis, 1998: 95).

Há também um detalhe que merece destaque, o enunciador, ao narrar, sempre faz uma menção aos cronistas de Itaguaí, como fonte primeira de seu relato. Destacamos as seguintes passagens: “As crônicas da vila de Itaguaí dizem que...” (Assis, 1998: 13); “Alguns cronistas crêem que Simão Bacamarte nem sempre procedia com lisura...” (Assis, 1998: 81); “Os cronistas pensam que deste fato é que nasceu o nosso adágio: ladrão que furta ladrão tem cem anos de perdão – adágio imoral, é verdade, mas grandemente útil” (Assis, 1998: 87). A polifonia existe na própria fala do enunciador, que narra a história

admitindo que se apóia em outras vozes, as vozes dos cronistas. Ele apenas retoma as antigas obras dos cronistas para tecer um novo texto ao seu modo, ou seja, o enunciador emite sua voz a partir da voz do outro.

Esclarecemos que todo texto é dialógico porque o “eu” existe e se reconhece em função do “outro”, fato denominado heterogeneidade constitutiva; porém, nem todo texto tem efeito de sentido de polifonia. Existem dois tipos de texto sob a óptica bakhtiniana, que variam de acordo com as estratégias discursivas empregadas: o monofônico e o polifônico. O texto monofônico é aquele que cria efeito de sentido em que as vozes se ocultam, sob a aparência de uma única voz; já o texto polifônico é aquele em que o diálogo entre discursos se revela, fato denominado heterogeneidade mostrada.

Fiorin (1999) afirma que “há textos com efeito de sentido de polifonia e de monofonia. Não há, no entanto, textos monológicos” (p.62). Isto significa que pelo princípio bakhtiniano do dialogismo discursivo, qualidade definidora de todos os textos, não existe texto monológico; só existe efeito de sentido de monofonia, em que ocorre um “abafamento” de vozes.

Nas palavras de Bezerra (2005):

Segundo Bakhtin, no monologismo o autor concentra em si mesmo todo o processo de criação, é o único centro irradiador da consciência, das vozes, imagens e pontos de vista do romance: “coisifica” tudo, tudo é objeto mudo desse centro irradiador. O modelo monológico não admite a existência da consciência responsiva e isônoma do outro; para ele não existe o “eu” isônimo do outro, o “tu”. O outro nunca é outra consciência,

é mero objeto da consciência de um “eu” que tudo enforma e comanda. O monólogo é algo concluído e surdo à resposta do outro, não reconhece nela força decisória. Descarta o outro como entidade viva, falante e veiculadora das múltiplas facetas da realidade social e, assim procedendo, coisifica em certa medida toda a realidade e cria um modelo monológico de um universo mudo, inerte. Pretende ser a última palavra. Fecha em seu modelo o mundo representado e os homens representados. O monologismo nega a isonomia entre as consciências, não vê nessa relação um meio de chegar à verdade, concebe-a de modo abstrato como algo acabado, fechado, sistêmico (p.192).

Na monofonia prevalece uma única voz, um único ponto de vista que se mostra como a verdade absoluta. Além disso, a monofonia esconde os diálogos e abafa as vozes presentes no texto, mas isso não significa que as vozes não existam, ou não estejam presentes.

Quanto à polifonia, Bezerra (2005) afirma:

o que caracteriza a polifonia é a posição do autor como regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico. Mas esse regente é dotado de um ativismo especial, rege vozes que ele cria ou recria, mas deixa que se manifestem com autonomia e revelem no homem um outro “eu para si” infinito e inacabável. Trata-se de uma mudança radical da posição do autor em relação às pessoas representadas, que de pessoas coisificadas se transformam em individualidades.

A polifonia se define pela convivência e pela interação, em um mesmo espaço do romance, de uma multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis, vozes plenivalentes e consciências equípolentes, todas representantes de um determinado universo e marcadas pelas peculiaridades desse universo. Essas vozes e consciências não são objeto do discurso do autor, são sujeitos de seus próprios discursos (p.194-195).

Um paralelo entre a música e a literatura, em termos polifônicos, mostra que na composição textual da obra “O Alienista”, ideologicamente, prevalece o timbre da voz do alienista, que, por sua vez, é regido pelo ethos irônico do enunciador-narrador.

Ao entendermos a obra analisada como um tecido polifônico em que ocorre um cruzamento de vozes que se polemizam entre si, que se respondem umas às outras e que conseqüentemente se completam, conseguimos estabelecer uma coerência macroestrutural da obra. Este cruzamento de vozes se manifesta na obra por meio da interdiscursividade, que veremos a seguir.

## 4.2. Interdiscursividade

Vimos que um discurso está sempre vinculado a outro discurso, pois nenhum discurso é fechado em si mesmo. Ao mesmo tempo que ele sempre se manifesta em resposta a um discurso, também se posiciona para outros discursos. Justificamos assim, que o termo interdiscursividade, usado em Análise do Discurso, projeta a noção de um diálogo entre os discursos. Isto significa que devemos analisar os discursos, quando estão em relação uns com os outros. Os discursos, algumas vezes, aparecem em posições de convergência ideológica; em outras, em divergência ideológica.

Para Brandão (2000) a interdiscursividade está vinculada à memória discursiva:

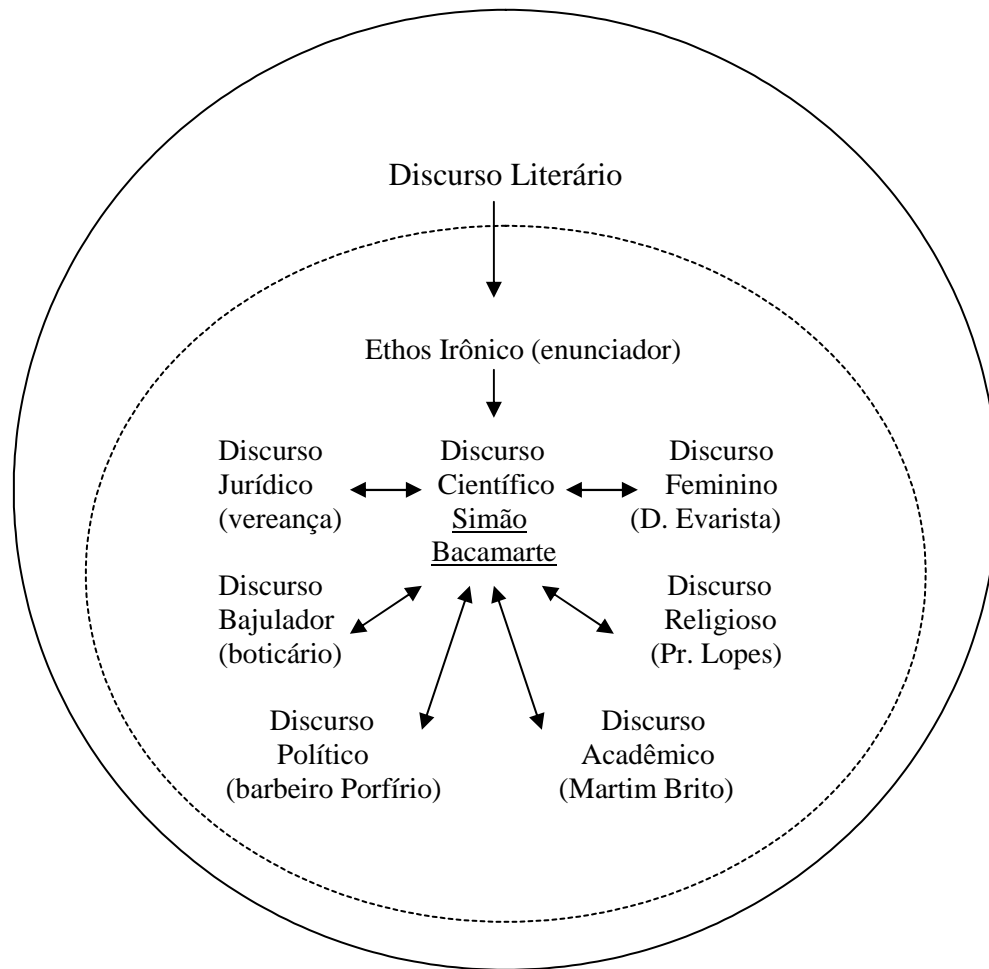
É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o intradiscurso de uma FD, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que supõe o enunciado inscrito na história (p.77).

Desta forma, quando se analisa um texto literário, a memória discursiva é ativada de modo a nos lembrar de que o discurso literário apresenta marcas específicas, quanto ao gênero, quanto aos meios de produção de sentido, quanto à liberdade de se cometer certos desvios ou transgressões em relação ao padrão lingüístico, em vista da intencionalidade ideológica do autor.



O discurso literário de “O Alienista” é preenchido por vários discursos: o discurso irônico do enunciador; o discurso científico do alienista; o discurso feminino de D. Evarista; o discurso religioso do vigário Lopes; o discurso acadêmico de Martim Brito; o discurso político do barbeiro Porfírio; o discurso bajulador do boticário Soares; e o discurso jurídico da “vereança”. Tratamos o discurso científico, como o discurso gerador de todas as relações sociais presentes na obra, pois é a partir dele que os diálogos se realizam e a enunciação se movimenta.

Esquemáticamente, mostramos abaixo a organização do universo discursivo criado por Machado de Assis nesta obra:



Por meio do esquema, verifica-se que o discurso literário, um discurso social recriado pelo princípio da verossimilhança por Machado de Assis, se realiza por meio da voz do enunciador (narrador) que se utiliza do discurso irônico para narrar os fatos de Itaguaí. Este enunciador, por sua vez, ilumina o discurso científico pelo seu poder de voz diante dos outros discursos. É o dr. Simão Bacamarte que estabelece as relações sociais e discursivas quando chega a cidade de Itaguaí, como por exemplo: o casamento com D. Evarista, o pedido de licença à Câmara para fundar a Casa Verde, a amizade com o boticário Crispim Soares, o almoço com o padre Lopes para explicar a grandeza de seus estudos, o conflito político com o barbeiro Porfírio, e as suas atitudes abusivas de internar “loucos” no hospício, que funcionalmente servem para apresentar novos personagens no decorrer da obra.

É importante lembrar que a formação ideológica cientificista do século XIX, se impõe e se marca por meio da formação discursiva científica. Embora o discurso científico tenha sido focalizado por meio da força e do prestígio social, é evidente que ele não ocorre sozinho; é preciso que analisemos os discursos que existem em oposição a ele. Vimos que alguns discursos divergem; e outros, convergem para o discurso científico. De qualquer forma, é preciso que fique claro que, independentemente da linha ideológica que se defenda, um discurso depende do outro para se manifestar, isto é, um discurso alimenta o outro, seja por afastamento, ou por aproximação de idéias.

Para Fiorin (1997), “No nível da constituição discursiva, não há possibilidade de geração de uma identidade fechada, mas apenas de uma identidade relacional, que se engendraria a partir de trocas enunciativas” (p.232).

Partindo-se da perspectiva de que o discurso não é individual, Barros (1997) apresenta as seguintes justificativas:

[o discurso] não é individual porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores que, por sua vez, são seres sociais; não é individual porque se constrói como um ‘diálogo entre discursos’, ou seja, porque mantém relações com outros discursos (p.33).

Dessa forma, enumeramos as várias relações discursivas estabelecidas entre o discurso científico e outros discursos, como se verifica abaixo:

1. O discurso científico existe e se marca diante do discurso feminino, porque Simão Bacamarte reflete a ideologia da tradição patriarcal, em que a voz do homem prevalece sobre a voz da mulher.

2. O discurso científico se marca na oposição com o discurso religioso, quando a voz da razão prevalece diante da voz da fé, corporificada pelo vigário Lopes.

3. O discurso científico também se marca quando, lingüisticamente, desaprova a retórica utilizada pela voz acadêmica.

4. O discurso científico prevalece sobre os discursos político e jurídico, porque o ethos irônico do enunciador denuncia as fraquezas humanas, representadas por meio de entidades governamentais, corporificadas pelo barbeiro Porfírio e pela “vereança itaguaiense”.

5. O discurso científico do alienista existe, porque o discurso bajulador do boticário, Crispim Soares, enaltece e alimenta a sua vaidade.

Diante disso, a coerência macroestrutural da obra deve-se ao princípio da polifonia, uma vez que os personagens figurativizam vários *ethé* que se inter-relacionam, resultando num diálogo entre várias ideologias que argumentam entre si, que se respondem umas as outras, e se integram, promovendo a tessitura do texto. Como o ser humano se constrói em sociedade, de forma que uma voz dialoga com outras vozes, interna e externamente, considera-se que existe um cruzamento entre vários discursos, que se manifesta na obra por meio da interdiscursividade.

Neste cruzamento entre vários discursos percebe-se que a coerência textual se constrói diante da incoerência das relações humanas, uma vez que o diálogo entre discursos reflete o desajuste ideológico social, bem como o confronto ideológico entre perspectivas diferentes, que configuram o princípio bakhtiniano do dialogismo discursivo. A seguir, em nossas considerações finais, veremos como a organização estrutural entre os discursos pode ser construída diante da desorganização social e ideológica.

## Considerações Finais

### Loucura ou Lucidez? A desorganização organizada

“O terror acentuou-se. Não se sabia já quem  
estava são, nem quem estava doido.”

(Assis, 1998: 52)

A obra analisada é um convite a um espelhamento social. Pela perspectiva científica, ler “O Alienista” é ler o mundo como se ele pudesse ser colocado numa lâmina de laboratório e observado através do microscópio do cientificismo do século XIX. Quanto à perspectiva da Lingüística Textual, examinamos o plano de superfície da obra, percorrendo uma microestrutura textual arquitetada com maestria e abstraímos um sentido plurissignificativo em sua macroestrutura textual. E pela perspectiva da Análise do Discurso Francesa, deciframos os segredos de um mundo dialógico, construído por signos, que assim como atrai, assusta.

Ironicamente a obra se apresenta em paradoxo, uma vez que um fio textual construído lingüisticamente em perfeito alinhamento; semanticamente, reproduz um mundo completamente desalinhado nas relações humanas. O texto é a parte visível que materializa o discurso; este, por sua vez, é a parte invisível que se mantém na memória discursiva, projetando uma sociedade que se estrutura em desajuste entre diferentes formações ideológicas.

Machado de Assis não rejeitou nem excluiu a temática da loucura em seu discurso literário. Numa sociedade que coloca em descrédito a fala do louco e valoriza tanto a ciência, a razão e o pensamento lógico, ele soube mostrar ironicamente a síndrome da

loucura cientificista, e quem sabe, também, revelar alguma sabedoria na loucura.

Foucault (1996), faz uma referência à loucura:

Penso na oposição razão e loucura. Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo; pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber (p.10 - 11).

A loucura só podia ser focalizada como objeto de estudo pelo discurso científico, discurso legitimado por um médico, com a finalidade de descobrir meios terapêuticos. Machado de Assis focaliza a loucura como tema em seu discurso literário para denunciar uma sociedade ensandecida, proporcionando uma série de questionamentos: Quais são os limites entre a razão e a loucura? Será só o louco desordenado? E a sociedade que se organiza desordenadamente? Como Simão Bacamarte ousava se colocar soberanamente como autoridade, como fonte legítima do saber e da verdade, se ele próprio estava sujeito à loucura? Será a loucura inerente ao ser humano?

Talvez esta seja a primeira pergunta a se fazer - o que é a loucura? Por um lado, pode ser a manifestação de um ethos que se governa de forma diferente de tudo aquilo que armazenamos em nossa memória discursiva, ou a expressão de um discurso que se desvia do socialmente aceito. Mas o que pode não ser aceito hoje, pode ser aceito amanhã. Santaella (1996) afirma que:

O comum dos homens é que comodamente estaciona cem anos atrás, enxergando o presente com olhos no retrovisor. Não é de espantar que chamem alienadas criações presentes que serão chamadas atuais cem anos mais tarde (p.221).

Por outro lado, a loucura pode ser a expressão de quem, justamente, segue as normas e convenções sociais, como por exemplo, o Costa, personagem que corporifica a virtude e é levado à Casa Verde:

Costa era um dos cidadãos mais estimados de Itaguaí. Herdara quatrocentos mil cruzados em boa moeda de el-rei Dom João V, dinheiro cuja renda bastava, segundo lhe declarou o tio no testamento, para viver “até o fim do mundo”. Tão depressa recolheu a herança, como entrou a dividi-la em empréstimos, sem usura, mil cruzados a um, dois mil a outro, trezentos a este, oitocentos àquele, a tal ponto que, no fim de cinco anos, estava sem nada.

(...) O alienista disse-lhe confidencialmente que este digno homem não estava no perfeito equilíbrio das faculdades mentais, à vista do modo como dissipara os cabedais (Assis, 1998: 40).

Diante da intolerância do dr. Simão Bacamarte, a obra analisada mostra como o discurso científico se coloca de forma violenta, opressora, como verdade absoluta; fato que comprova o que Foucault (1996) diz:

Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade (p.53).

Observando a microestrutura textual, verifica-se o encadeamento das vozes ensandecidas; e na macroestrutura, a lucidez de um enunciador que conhece profundamente o seu universo discursivo. Pelos olhos e pela voz do enunciador, Simão Bacamarte é desmascarado para o leitor, perdendo o seu prestígio, a sua força e a sua razão. As atitudes do alienista não são curativas; ao contrário, elas agravam ainda mais o convívio social. Para Simão Bacamarte a falha está no outro, jamais em si mesmo. Ainda que o enunciador aponte os defeitos em cada ethos analisado, percebemos que a falha não está no sujeito em si, mas sim no sistema, formado por sujeitos em interação; ou seja, a falha está na interação social.

Hermann (1983) apresenta uma visão sobre a loucura, que reproduzimos abaixo:

Veja que estranho. A loucura do nosso mundo é simplesmente o resultado da maneira pela qual o construímos. Porém, preferimos dizer que essa espécie de sombra, a irracionalidade das relações entre os homens e a irrealidade do mundo cotidiano, é produto de outra coisa, não da razão mas da falta de razão, da loucura ( p.11).



As últimas palavras de Simão Bacamarte são: “- A questão é científica, dizia ele; trata-se de uma doutrina nova, cujo primeiro exemplo sou eu. Reúno em mim mesmo a teoria e a prática” (Assis, 1998: 103). Este é o grande problema de Simão Bacamarte, divinizar a ciência. Para Freire (1996): “Divinizar ou diabolizar a tecnologia ou a ciência é uma forma altamente negativa e perigosa de pensar errado” (p. 33).

Até o fim, Simão Bacamarte se mantém fiel a sua ideologia, escravizado ao discurso científico, preso ao seu ethos. Dr. Simão Bacamarte, filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas, (Assis, 1998: 13) morreu sem descobrir o remédio universal; porém, sua voz não morreu, ela ainda soa como um eco em nossa memória discursiva, e renasce em nosso diálogo interno todas às vezes que não aceitamos a realidade em que vivemos e saímos em busca de uma solução curativa. Como tratar o intratável? O que fazer diante de um mundo que ainda não tem cura?

E agora Simão Bacamarte?

E agora?.....

## Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2001.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. 14ª edição. RJ/SP: Ediouro, s/d.
- ASSIS, Machado de. *O Alienista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Questões de Literatura e Estética. A teoria do romance*. São Paulo: Unesp, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Problemas da Poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso*. p.27-38. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin, Dialogismo e Construção de Sentido*. Campinas: Editora Unicamp, 1997.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de e FIORIN, José Luiz (orgs.) *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1999.
- BASTOS, Neusa Barbosa. (org.) *Língua Portuguesa: Teoria e Método*. São Paulo: IP-PUC-SP/ EDUC, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Língua Portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: IP-PUC-SP/ EDUC, 2002.
- BEAUGRAND, Robert-Alain de e DRESSLER, Wolfgang Ulrich. *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman, 1996.
- BENNETT, Roy. *Uma Breve História da Música*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.
- BEZERRA, Paulo. *Polifonia*. p.191-200. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRAIT, Beth (org.) *Ironia em Perspectiva Polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Bakhtin, Dialogismo e Construção de Sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. *As Vozes Bakhtinianas e o Diálogo Inconcluso*. p.11-27. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de e FIORIN, José Luiz (orgs.) *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Introdução à Análise do Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- \_\_\_\_\_. Subjetividade, argumentação, polifonia. A propaganda da Petrobrás. São Paulo: Fundação Editora da UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- CLARK, Katerina e HOLQUIST, Michael. Mikhail Bakhtin. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CHAROLLES, Michel. Introdução aos problemas da coerência dos textos – Abordagem teórica e estudo das práticas pedagógicas. Trad. Port. Paulo Otoni. In: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI, P. O texto: escrita e Leitura. Campinas: Pontes, 1988.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- DIJK, Teun A. Van. Cognição, Discurso e Interação. São Paulo: Ed. Contexto, 1999.
- DISCINI, Norma. Intertextualidade e conto maravilhoso. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- \_\_\_\_\_. O Estilo nos textos. São Paulo: Contexto, 2004.
- \_\_\_\_\_. A Comunicação nos textos. São Paulo: Contexto, 2005.
- ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e Coerência Textuais. São Paulo: Ática, 1998.
- FÁVERO, Leonor Lopes e KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Linguística Textual: Introdução. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Linguagem e Ideologia. São Paulo: Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_. O Romance e a Simulação do Funcionamento Real do Discurso. p. 229-247. In: BRAIT, Beth. Bakhtin, Dialogismo e Construção de Sentido. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. As Astúcias da Enunciação. As categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1999.

- FOUCAULT, Michel. A História da loucura na época clássica. São Paulo: Perspectiva, 1961.
- \_\_\_\_\_. A Ordem do discurso. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GUIMARÃES, Elisa. A Articulação do texto. São Paulo: Ática, 1999.
- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, Ruqaiya. Cohesion in English. London: Longman, 1997.
- HENRIQUE, Cláudio Cezar e PEREIRA, Maria Tereza Gonçalves. Língua e Transdisciplinariedade. São Paulo: Contexto, 2001.
- HERMANN, Fábio. O que é psicanálise? São Paulo: Brasiliense, 1983.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A Coesão Textual. São Paulo: Ed. Contexto, 1991.
- \_\_\_\_\_. A Inter-Ação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 1998.
- \_\_\_\_\_. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 2000.
- \_\_\_\_\_. Desvendando os Segredos do Texto. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. Introdução à Lingüística Textual. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e Coerência. São Paulo: Ed. Cortez, 1989.
- LOPES, Edward. Fundamentos da Lingüística Contemporânea. São Paulo: Cultrix, 1995.
- MAINGUENEAU, Dominique. Contexto da obra literária. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. Elementos Lingüísticos em texto literário. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. Pragmática para o texto literário. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. Novas Tendências em Análise do Discurso. Campinas: Unicamp/ Pontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. Termos-chave da análise do discurso. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- \_\_\_\_\_. Análise de Textos de Comunicação. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

- \_\_\_\_\_. Ethos, cenografia, incorporação. Cap. 3, p.69-92. In: AMOSSY, Ruth (org.)  
Imagens de si no discurso: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. A Linguagem e seu Funcionamento. As Formas do Discurso.  
Campinas: Ed. Pontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. Discurso e Leitura. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- \_\_\_\_\_. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Ed. Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas:  
Unicamp, 1997.
- POSSENTI, Sírio. Discurso, Estilo e Subjetividade. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ROTTERDAM, Erasmo de. Elogio da Loucura. São Paulo: Ed. Martim Claret, 2002.
- SANTAELLA, Lúcia. Produção de Linguagem e Ideologia. São Paulo: Cortez, 1996.
- SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Lingüística Geral. São Paulo: Cultrix, 1999.
- SAYEG-SIQUEIRA, João Hilton O Texto: movimentos de leitura, táticas de produção,  
critérios de avaliação. São Paulo: Selinunte Editora, 1990.
- SEGOLIN, Fernando. Fernando Pessoa: Poesia, Transgressão, Utopia. São Paulo:  
Educ, 1992.
- VAL, Maria da Costa. Redação e Textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.